



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**Nível de Transparência nas Santas Casas da Misericórdia do Norte de Portugal e seus Determinantes**

**Yves Barros da Silva**

Dissertação apresentada ao *Instituto Politécnico de Bragança*  
Para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Finanças

**Orientação:**

**Professor Doutor Nuno Adriano Batista Ribeiro**

**Professora Doutora Sónia Paula da Silva Nogueira**

**Bragança, dezembro, 2020**



***ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)***

***INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA***

**Nível de Transparência nas Santas Casas da Misericórdia do Norte  
de Portugal e seus Determinantes**

**Yves Barros da Silva**

**Orientação:**

**Professor Doutor Nuno Adriano Batista Ribeiro**

**Professora Doutora Sónia Paula da Silva Nogueira**

**Bragança, dezembro, 2020**



## Resumo

O presente estudo pretendeu averiguar o nível de transparência das Santas Casas da Misericórdia do Norte de Portugal e perceber o que determina esse mesmo nível.

As Santas Casas da Misericórdia inserem-se na forma jurídica de Instituições Particulares de Solidariedade Social, sendo instituições tratadas contabilisticamente com base na jurisdição do Terceiro Setor (ou Setor não Lucrativo), o qual tem sofrido um aumento da procura ao longo dos últimos anos, derivado das funções que exerce no âmbito da sociedade.

De forma a responder ao principal objetivo do estudo, foi realizado o Índice de Maturidade dos *websites*, o Índice de Transparência das Santas Casas da Misericórdia localizadas no Norte de Portugal e, numa última fase, o estudo dos determinantes do Índice de Transparência das Santas Casas da Misericórdia. A população estudada abrangeu 74 instituições.

Desta forma, metodologicamente, o presente estudo conjugou dois tipos de investigação: a investigação qualitativa e quantitativa. A técnica de investigação qualitativa foi aplicada através do recurso à análise de conteúdo. A técnica de investigação quantitativa tratou o método da recolha de dados.

Os resultados obtidos demonstram que as Santas Casas da Misericórdia se constituem como instituições parcas no que concerne aos seus *websites*. Em relação ao Índice de Maturidade dos *Websites*, foi possível concluir que a instituição (Santa Casa de Misericórdia de Amarante) com melhor *ranking*, apenas atingiu 0,12, numa escala de 0 a 1, o que permite clarificar a baixa sofisticação e ligação que as Santas Casas da Misericórdia possuem com os *websites*. No que confere ao Índice de Transparência, concluiu-se que a instituição (Santa Casa de Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta) com melhor *ranking*, no ano de 2017, atingiu um valor de 48,43 pontos, numa escala de 0 a 100, enquanto que no ano de 2018, a instituição (Santa Casa de Misericórdia de Caminha) com melhor *ranking* atingiu cerca de 50,07 pontos.

Da aplicação estatística realizada aos determinantes do Índice de Transparência das Santas Casas de Misericórdia, a estimação do modelo de regressão linear aplicado permitiu apurar que o nível de maturidade e o número de valências se constituem fatores explicativos do nível de transparência das Santas Casas da Misericórdia do Norte de Portugal.

**Palavras-Chave:** Economia Social, Transparência, Organizações sem Fins Lucrativos, IPSS, *Website*.

## Abstract

With this study, was proposed to investigate the level of transparency of the *Santas Casas da Misericórdia* in the North of *Portugal* and to understand what determines that same level.

*Santas Casas da Misericórdia* are inserted in the legal form of Private Social Solidarity Institutions, being institutions treated in accounting terms based on the jurisdiction of the Third Sector (or Non-Profit Sector), whose sector, over the last years, has been raising the demand derived from the functions he performs in society.

In order to respond to the main objective of the study, in a first instance, the Website Maturity Index was carried out, in a second phase, the *Santas Casas da Misericórdia* Transparency Index located in the north of *Portugal* and, in a third and last phase, the study of the determinants of the *Santas Casas da Misericórdia* Transparency Index. The studied population covered 74 institutions.

Methodologically, the present study combined two types of research: qualitative and quantitative research. The qualitative research technique was applied through the use of content analysis. The quantitative research technique dealt with the data collection method.

The results obtained demonstrate that *Santas Casas da Misericórdia* are constituted as sparse institutions in what concerns their websites. Regarding the Website Maturity Index, it was possible to conclude that the institution (*Santa Casa de Misericórdia of Amarante*) with the best ranking only reached 0.12, on a scale of 0 to 1, which allows to clarify the low sophistication and connection they have with the websites. Regarding to the *Santas Casas da Misericórdia* Transparency Index, it was concluded that the institution (*Santa Casa de Misericórdia of Freixo de Espada-à-Cinta*) with the best ranking, in 2017, reached a value of 48.43 points, on a scale from 0 to 100, while in 2018, the institution (*Santa Casa de Misericórdia of Caminha*) with the best ranking reached about 50.07 points. From the statistical application made to the study's determinants, the estimation of the applied linear regression model, it was possible to ascertain that the level of maturity and the number of valences constitute determinants of the level of transparency of the *Santas Casas da Misericórdia* in the north of *Portugal*.

**Keywords:** Social Economy, Transparency, Nonprofit Organizations, *IPSS*, Website.



## Resumen

Este estudio tuvo como objetivo investigar el nivel de transparencia de las Santas Casas de Misericordia en el Norte de Portugal y comprender qué determina ese mismo nivel.

Santas Casas de Misericordia se inserta en la forma jurídica de Instituciones Privadas de Solidaridad Social, siendo instituciones tratadas en términos contables con base en la jurisdicción del Tercer Sector (o Sector Sin Fines de Lucro), cuyo sector, en los últimos años, ha ido elevando la su búsqueda deriva de las funciones que desempeña dentro de la sociedad.

Para dar respuesta al objetivo principal del estudio, en una primera instancia se llevó a cabo el Índice de Madurez de los sitios web, en una segunda fase, el Índice de Transparencia del Santas Casas de Misericordia ubicado en el Norte de Portugal y, en una tercera y última fase, el estudio de los determinantes del Índice de Transparencia de Santas Casas de Misericordia. La población estudiada abarcó 74 instituciones.

Metodológicamente, el presente estudio combinó dos tipos de investigación: investigación cualitativa y cuantitativa. La técnica de investigación cualitativa, se aplicó mediante el uso de análisis de contenido. La técnica de investigación cuantitativa se ocupó del método de recolección de datos.

Los resultados obtenidos demuestran que Santas Casas de Misericordia se constituyen como instituciones dispersas en lo que concierne a sus sitios web. En cuanto al Índice de Madurez, se pudo concluir que la institución (Santa Casa de Misericórdia de Amarante) con mejor ranking solo alcanzó 0,12, en una escala de 0 a 1, lo que permite aclarar la baja sofisticación y conexión que tienen con los sitios web. Con respecto al Índice de Transparencia, se concluyó que la institución (Santa Casa de Misericórdia of Freixo de Espada-à-Cinta) con mejor ranking, en 2017, alcanzó un valor de 48,43 puntos, en una escala de 0 a 100, mientras que en 2018, la institución (Santa Casa de Misericórdia of Caminha) con mejor ranking alcanzó unos 50,07 puntos. A partir de la aplicación estadística realizada a los determinantes del estudio, la estimación del modelo de regresión lineal aplicado, fue posible constatar que el nivel de madurez y el número de valencias constituyen determinantes del nivel de transparencia de las Santas Casas de Misericordia en el Norte de Portugal.

**Palabras clave:** Economía social, Transparencia, Organizaciones sin fines de lucro, IPSS; Web.

Aos meus pais.

## **Agradecimentos**

O meu sucesso profissional e académico nunca seria possível de ser alcançado se não houvesse a partilha do saber e experiência por parte de pessoas incríveis.

Em primeiro lugar e, de uma forma inevitável, um agradecimento profundo aos meus pais. Pelas oportunidades concedidas, paciência e preponderância.

Em segundo lugar, um agradecimento especial à instituição que me acolheu durante este percurso, o Instituto Politécnico de Bragança, pelas condições de ensino proporcionadas.

Por último, um profundo agradecimento à Professora Doutora Sónia Nogueira e ao Professor Doutor Nuno Ribeiro, pela partilha incessante dos seus conhecimentos e opiniões, que se tornaram inevitáveis e decisivos para a concretização desta dissertação de mestrado.

## **Abreviaturas e/ou Acrónimos**

**ACFA** – Associações com Fins Altruísticos

**Art.º** – Artigo

**BADF** – Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras

**CLC** – Certificação Legal de Contas

**CNIS** – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

**CRP** – Constituição República Portuguesa

**CSC** – Código das Sociedades Comerciais

**CSES** – Conta Satélite da Economia Social

**ESNL** – Entidades do Setor Não Lucrativo

**HI** – Hipóteses de Investigação

**IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social

**N.º** – Número

**NCRF** – Normas Contabilística e Relato Financeiro

**OBESP** – Observatório da Economia Social em Portugal

**OSFL** – Organizações Sem Fins Lucrativos

**POC** – Plano Oficial de Contabilidade

**RSES** – Rede de Serviços da Economia Social

**SAD** – Serviço Auxílio ao Domicílio

**SCA** – Subsetores Comunitário e Autogestionário

**SCM** – Santa Casa da Misericórdia

**SNC** – Sistema de Normalização Contabilística

**SPSS** – *Statistical Package for the Social Sciences*

**VAB** – Valor Acrescentado Bruto

**VIF** – *Variance Inflation Factor*

# Índice

<b>Lista de Figuras</b> .....	x
<b>Lista de Tabelas</b> .....	xi
<b>Lista de Gráficos</b> .....	xii
<b>Lista de Equações</b> .....	xiii
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1. Revisão de Literatura</b> .....	3
1.1. Terceiro Setor .....	3
1.2. Instituições Particulares de Solidariedade Social.....	8
1.2.1. Formas jurídicas das IPSS .....	9
1.2.2. Exigências legais em termos de transparência e regime contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo .....	10
1.3. As Santas Casas da Misericórdia .....	14
1.3.1. Respostas sociais ou valências.....	14
1.4. Transparência, <i>Accountability</i> e Divulgação de Informação .....	18
1.5. A transparência nas instituições do Terceiro Setor .....	20
1.5.1. Teorias explicativas como suporte de enquadramento teórico. ....	20
1.5.2. Literatura teórico-empírica sobre a transparência das instituições do Terceiro Setor e os seus determinantes .....	21
<b>2. Estudo Empírico</b> .....	29
2.1. Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação .....	29
2.1.1. Nível de Maturidade.....	30
2.1.2. Número de Utentes.....	30
2.1.3. Número de Valências .....	30
2.1.4. Género da Provedoria .....	30
2.1.5. Tempo de Constituição da Instituição .....	31
2.1.6. Certificação Legal de Contas.....	31
2.1.7. Subsídios e/ou Donativos .....	32
2.1.8. Total do Ativo .....	32
2.1.9. Total do Capital Próprio .....	32
2.1.10. Total do Passivo .....	33
2.2. Metodologia .....	33
2.3. População .....	35
2.4. Estudo 1 – Índice de Maturidade dos <i>Websites</i> .....	36
2.4.1. Objetivo.....	36
2.4.2. Metodologia e Recolha de dados .....	36
2.4.3. Descrição da Construção do Índice de Maturidade dos <i>Websites</i> .....	40
2.4.4. Apresentação e Interpretação dos Resultados .....	43
2.5. Estudo 2 – Índice de Transparência das SCM – Norte .....	46
2.5.1. Objetivo.....	46
2.5.2. Metodologia e Recolha dos dados .....	46
2.5.3. Apresentação e Discussão dos dados .....	54
2.6. Estudo 3 – Determinantes do Índice de Transparência SCM .....	60
2.6.1. Tratamento dos dados .....	60
2.6.2. Estatística Descritiva .....	62

2.6.3. Apresentação dos Resultados e Discussão .....	64
<b>Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras</b> .....	67
<b>Referências</b> .....	70
<b>Legislação</b> .....	74
Apêndice I. Lista das SCM e <i>website</i> , por concelho .....	75
Apêndice II. Valores do índice de maturidade (IM) dos <i>websites</i> e valores médios das dimensões (A a G) e respetivo <i>ranking</i> . .....	77
Apêndice III. <i>Ranking</i> em 2018 das SCM, no índice de maturidade (IM) dos <i>websites</i> . .....	79
Apêndice IV. Valores médios das dimensões do índice de transparência das SCM (IT SCM). .....	81
Apêndice V. <i>Ranking</i> em 2017 – índice de transparência SCM (IT SCM). .....	83
Apêndice VI. <i>Ranking</i> das SCM em 2018 – índice de transparência SCM (IT SCM). .....	85
Apêndice VII. Diferença no <i>ranking</i> – índice de transparência SCM (IT SCM), entre os anos de 2017 e 2018.	87

## Lista de Figuras

<b>Figura 1.</b> Localização da população estudada. ....	<b>35</b>
--	-----------

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1.</b> Classificação das atividades das entidades da Economia Social. ....	<b>6</b>
<b>Tabela 2.</b> Grupos de entidades da Economia Social. ....	<b>7</b>
<b>Tabela 3.</b> Agrupamentos das IPSS. ....	<b>9</b>
<b>Tabela 4.</b> Instrumentos do normativo e legislação aplicável. ....	<b>12</b>
<b>Tabela 5.</b> Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo – Ano 2018. ....	<b>18</b>
<b>Tabela 6.</b> Tabela síntese da literatura teórico-empírica sobre a transparência das instituições do terceiro setor .....	<b>27</b>
<b>Tabela 7.</b> Dimensões, indicadores e item para o cálculo do índice de maturidade dos <i>websites</i> . ....	<b>39</b>
<b>Tabela 8.</b> Pesos por dimensão e indicador do índice de maturidade dos <i>websites</i> . ....	<b>41</b>
<b>Tabela 9.</b> Peso relativo de SCM com <i>website</i> e sem <i>website</i> . ....	<b>44</b>
<b>Tabela 10.</b> SCM do Norte de Portugal com melhor <i>ranking</i> . ....	<b>45</b>
<b>Tabela 11.</b> SCM do Norte de Portugal com pior <i>ranking</i> . ....	<b>45</b>
<b>Tabela 12.</b> Médias obtidas nas dimensões do índice de maturidade. ....	<b>46</b>
<b>Tabela 13.</b> Dimensões, indicadores e item para o cálculo do índice de transparência das SCM. ....	<b>48</b>
<b>Tabela 14.</b> Indicadores e dimensões do índice de transparência das SCM. ....	<b>50</b>
<b>Tabela 15.</b> Escala de medição do índice de transparência das SCM. ....	<b>53</b>
<b>Tabela 16.</b> TOP 10 índice de transparência das SCM – ano 2017 – Melhor <i>ranking</i> . ....	<b>55</b>
<b>Tabela 17.</b> TOP 10 índice de transparência das SCM – ano 2018 – melhor <i>ranking</i> . ....	<b>56</b>
<b>Tabela 18.</b> SCM com pior <i>ranking</i> no índice de transparência das SCM – ano 2017. ....	<b>57</b>
<b>Tabela 19.</b> SCM com pior <i>ranking</i> no índice de transparência das SCM – ano 2018. ....	<b>58</b>
<b>Tabela 20.</b> Estatística descritiva das variáveis. ....	<b>62</b>
<b>Tabela 21.</b> Índice de transparência das SCM por género da provedoria. ....	<b>63</b>
<b>Tabela 22.</b> Índice de transparência das SCM em função de ter ou não Certificação Legal de Contas. ....	<b>63</b>
<b>Tabela 23.</b> Resultados do modelo de regressão linear múltipla - ano de 2018. ....	<b>64</b>
<b>Tabela 24.</b> VIF do modelo de regressão linear múltipla - ano de 2018. ....	<b>65</b>

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1.</b> Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, em Portugal Continental (1998-2018) .....	<b>16</b>
<b>Gráfico 2.</b> Distribuição em percentagem das respostas sociais por população-alvo, em Portugal Continental (1998-2018). .....	<b>17</b>
<b>Gráfico 3.</b> Pesos das dimensões. ....	<b>40</b>
<b>Gráfico 4.</b> Percentagem das SCM que apresentam e não apresentam <i>website</i> . ....	<b>44</b>
<b>Gráfico 5.</b> Pesos das dimensões do índice de transparência das SCM. ....	<b>52</b>
<b>Gráfico 6.</b> Número de SCM que apresentam <i>website</i> e não publicam contas. ....	<b>54</b>
<b>Gráfico 7.</b> Evolução do índice de transparência das SCM entre 2017 e 2018. ....	<b>59</b>

## Lista de Equações

<b>Equação 1.</b> Cálculo dos pesos das dimensões.....	<b>40</b>
<b>Equação 2.</b> Cálculo do peso dos indicadores.....	<b>42</b>
<b>Equação 3.</b> Cálculo dos valores de cada dimensão.....	<b>42</b>
<b>Equação 4.</b> Cálculo do valor do IM.....	<b>43</b>
<b>Equação 5.</b> Modelo de regressão linear múltipla.....	<b>61</b>

## Introdução

No atual paradigma social e económico, a *Internet* é vista como um meio estratégico, tanto no âmbito empresarial privado como no público. Pode ser considerada como um forte e potente canal de comunicação, influenciando a forma como as pessoas acedem e se relacionam com os seus *stakeholders*.

Estudiosos do tema tais como Basri e Nabiha (2010), Bovens (2010), Ruela (2013), Pereira, Silva e Lopes (2017), Ahrens (2018), Chen, Kang e Luna-Reyes (2019) e Carvalho, Ferreira e Lima (2019) defendem que a confiança dos cidadãos nas instituições e agentes públicos se tem aniquilado, conseqüente da perceção da má gestão financeira pública. Com isto, a prestação de contas transparente (*accountability*) na Administração Pública surge como um aspeto essencial para a apresentação de uma gestão pública eficiente, eficaz e efetiva, com base na competência e rigor.

A relevância do Terceiro Setor em Portugal tem aumentado de forma exponencial, traduzindo-se numa importância socioeconómica gradual, derivado das funções que desempenha no âmbito da sociedade. No referido setor estão incluídas as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), que possuem como finalidade comum a oferta de bens ou serviços com vista a promover o bem-estar, a sua inclusão e participação ativa na sociedade onde se encontram inseridas.

Questões como a globalização, a crise económica e o envelhecimento da população, traduzem-se em razões que dificultam o papel do Estado quanto à resposta das necessidades sociais e é precisamente neste paradigma que surgem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com o papel de apaziguar o impacto do atual contexto socioeconómico.

Com base no exposto, é pertinente explorar o objetivo principal da presente dissertação de mestrado, refletido no estudo do nível de transparência das Santas Casas da Misericórdia (SCM) e da identificação dos seus determinantes. A unidade de análise do presente estudo recai sobre as SCM localizadas no Norte de Portugal.

A estrutura da presente dissertação está organizada em três pontos. No primeiro destaca-se a revisão de literatura associada ao tema em questão, encontrando-se subdividida em vários subpontos, onde se aborda, através de um enquadramento jurídico, o Terceiro Setor, as IPSS e as SCM, com o devido ênfase para as entidades localizadas no Norte de Portugal. No segundo ponto, é tratado o estudo empírico, subdividido em três grandes pontos. O primeiro aborda o Índice de Maturidade dos *Websites* das SCM, o segundo analisa o Índice de Transparência das SCM e, o terceiro, identifica os

determinantes do Índice de Transparência das SCM. Na parte final e no terceiro ponto da dissertação são destacadas as principais conclusões, limitações do trabalho e sugestões para futuras investigações.

# 1. Revisão de Literatura

## 1.1. Terceiro Setor

A Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada a 2 de abril de 1976, refere no art.º 82 os três setores de propriedade dos meios de produção vigentes em Portugal: setor privado, setor público e setor cooperativo e social (n.ºs 2 a 4, art.º 82.º, CRP).

O setor cooperativo e social (n.º 4, art.º 82.º, CRP), mais conhecido por Terceiro Setor<sup>1</sup>, surge como uma alternativa aos restantes setores enunciados, de forma a colmatar várias lacunas existentes (Mendes, 2016).

De acordo com Ferreira, Marques, Santos, Azevedo e Mendes (2016, p.6), o Terceiro Setor “tem-se evidenciado na vida económico-social local, regional, nacional, internacional, gerando auxílios, produzindo bens e prestando serviços em áreas sociais diversas.”. Os mesmos autores (2016) defendem que apesar de o termo “Terceiro Setor” ser o que junta mais consenso, existem ainda outras designações também utilizadas, tais como: Economia Social ou Organizações sem Fins Lucrativos.

---

<sup>1</sup> Para efeitos de uniformização ao longo da presente dissertação, optar-se-á pela utilização do termo “Terceiro Setor”.

De acordo com as alíneas a) a d) do art.º 82.º da CRP, o “sector cooperativo e social compreende especificamente:

- a) Os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediência aos princípios cooperativos, sem prejuízo das especificidades estabelecidas na lei para as cooperativas com participação pública, justificadas pela sua especial natureza;
- b) Os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais;
- c) Os meios de produção objeto de exploração coletiva por trabalhadores;
- d) Os meios de produção possuídos e geridos por pessoas coletivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objetivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista.”.

No âmbito da procura pela definição de Economia Social, surge como fonte a análise à Lei de Bases da Economia Social. A mesma é enquadrada na Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, na qual são estabelecidas as bases gerais do regime jurídico da Economia Social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios.

Assim sendo, a referida Lei define Economia Social, de acordo com o art.º 2.º, como o “conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades<sup>2</sup>” da própria Economia Social.

Quintão (2011, p.8), no estudo que realizou sobre o Terceiro Setor e a sua renovação em Portugal, defende que o Terceiro Setor tem sofrido, nos últimos anos, um processo de recomposição derivado da designada “nova questão social e ao esgotamento dos modelos de desenvolvimento ocidental”.

Com base no Comité Económico e Social Europeu (2017, p.7), o conceito de Economia Social é definido como um “conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado”.

Já o Observatório da Economia Social em Portugal – OBESP (2011)<sup>3</sup>, reitera que a Economia Social oferece bens ou serviços com o intuito de satisfazer as necessidades dos indivíduos, sem ter em conta a rentabilidade económica. Defende ainda que essa mesma oferta seja efetuada com a melhor relação qualidade e preço possível.

Relativamente à conformidade com as necessidades e relação qualidade/preço, “são tão importantes quanto a procura sistemática de um excedente operativo, dentro de um quadro de desenvolvimento

---

<sup>2</sup> De acordo com o art.º 4.º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, integram a economia social as seguintes entidades, desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português: a) As cooperativas; b) As associações mutualistas; c) As misericórdias; d) As fundações; e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social; h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.cases.pt/observatorio-da-es/>

sustentável. Acresce que, numa organização da Economia Social, deve existir a preocupação de fomentar a participação no processo de decisão organizacional por parte dos seus membros, dos utilizadores, dos assalariados e também de outros agentes que eventualmente lhe estejam associados (*stakeholders*)” (OBESP, 2011, p.1).

A Conta Satélite da Economia Social – CSES (2019)<sup>4</sup>, relativamente ao ano de 2016<sup>5</sup>, realizou um estudo sobre a Economia Social no qual expôs resultados sobretudo económicos das instituições do Terceiro Setor em Portugal, apresentando o peso de diversas variáveis no âmbito da Economia Social. O estudo referido (2019) defende que a Economia Social é caracterizada por uma grande heterogeneidade. A tabela seguinte elucida esta questão, apresentando os principais indicadores por atividade em 2016.

---

<sup>4</sup> Disponível em: [https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/07/19ContaSatEconSocial\\_2016.pdf](https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/07/19ContaSatEconSocial_2016.pdf)

<sup>5</sup> Dados disponíveis mais recentes até ao momento.

**Tabela 1.** Classificação das atividades das entidades da Economia Social.

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor	Unidades de Atividade Económica	Emprego	Emprego Remunerado	Valor Acrescentado Bruto (VAB)
<b>A – Cultura, comunicação e atividades de recreio</b>	33 722 (46,9%)	12 048 (5,1%)	11 789 (5,0%)	242 (5,0%)
<b>B – Educação</b>	2 594 (3,6%)	29 966 (12,7%)	29 811 (12,7%)	671 (13,9%)
<b>C – Saúde</b>	2 386 (3,3%)	75 503 (32,0%)	75 460 (32,1%)	1 186 (24,6%)
<b>D – Serviços sociais</b>	6 978 (9,7%)	70 196 (29,7%)	70 000 (29,8%)	1 170 (24,3%)
<b>E – Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal</b>	726 (1,0%)	714 (0,3%)	702 (0,3%)	10 (0,2%)
<b>F – Desenvolvimento comunitário e económico e habitação</b>	2 106 (2,9%)	2 606 (1,1%)	2 439 (1,0%)	37 (0,8%)
<b>G – Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional</b>	5 912 (8,2%)	2 797 (1,2%)	2 769 (1,2%)	50 (1,0%)
<b>H – Filantropia e promoção do voluntariado</b>	322 (0,4%)	190 (0,1%)	186 (0,1%)	3 (0,1%)
<b>J – Organizações empresariais, profissionais e sindicatos</b>	3 815 (5,3%)	8 268 (3,5%)	8 128 (3,5%)	153 (3,2%)
<b>K – Serviços profissionais, científicos e administrativos</b>	2 547 (3,5%)	5 976 (2,5%)	5 775 (2,5%)	303 (6,3%)
<b>L – Outras atividades</b>	2 244 (3,1%)	18 222 (7,7%)	18 030 (7,7%)	821 (17,0%)
<b>Economia Social</b>	<b>71 885</b>	<b>236 288</b>	<b>234 886</b>	<b>4 819</b>
<b>Economia Nacional</b>		4 419 870	3 839 523	162 226
<b>Economia Social / Economia Nacional</b>		<b>5,3%</b>	<b>6,1%</b>	<b>3,0%</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir da Conta Satélite da Economia Social (2019).

Com base na Tabela 1, em 2016, das 71 885 entidades da Economia Social abordadas, estas traduziram-se em 3,0% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado (expresso, em ambos os casos, em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo).

As áreas da saúde e dos serviços sociais foram as áreas de atividade com um maior peso em termos de VAB e emprego remunerado. A área da saúde foi responsável por 24,6% do VAB e 32,1% do emprego remunerado da Economia Social, enquanto os serviços sociais geraram 24,3% do VAB e 29,8% do emprego remunerado da Economia Social. As áreas de organizações da cultura, comunicação

e atividades de recreio representaram quase 47% do total de unidades de atividade económica, embora com uma representação de apenas 5,0% do total do emprego remunerado e do VAB da Economia Social.

A Tabela 2 apresenta quais os grupos de atividade da Economia Social, elucidando o número total de instituições por grupo.

**Tabela 2.** Grupos de entidades da Economia Social.

<b>Grupos de Entidades</b>	<b>Unidades (n.º)</b>	<b>(%)</b>
Cooperativas	2 343	3,26%
Associações Mutualistas	97	0,13%
Misericórdias	387	0,54%
Fundações	619	0,86%
Associações com Fins Altruísticos (ACFA)	66 761	92,9%
Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA)	1 678	2,33%
<b>ECONOMIA SOCIAL</b>	<b>71 885</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados da Conta Satélite da Economia Social (2019).

Com base na Tabela 2 constata-se que, de um total de 71 885 entidades consideradas, as Associações com Fins Altruísticos (ACFA) representavam, em 2016, um total de 66 761 entidades, perfazendo um total agregado de 92,9%. As Cooperativas formavam o segundo grupo de entidades com maior peso, constituindo 2 343 entidades, formando um total de 3,26%. Seguidamente surgem os Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA), com um valor de 1 678 instituições (2,33%), as Fundações, com o total de 619 instituições (0,86%) e as Misericórdias, que totalizavam um valor de 387 instituições, que lhe surge atribuído a uma percentagem de 0,54.

## 1.2. Instituições Particulares de Solidariedade Social

De acordo com Almeida (2010), as IPSS estão enquadradas institucionalmente pela CRP e pela Lei de Bases da Segurança Social e têm como função estruturar a atividade das instituições ou organizações no sistema económico e social.

Com base no art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014<sup>6</sup>, de 14 de novembro, que altera o estatuto das IPSS, estas são as pessoas coletivas sem fins lucrativos, com o intuito de efetivar os direitos sociais dos cidadãos.

Ainda, de acordo com o art.º 1.º-A do referido Decreto-Lei, os objetivos das IPSS são concretizados particularmente nos seguintes domínios:

- a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio às pessoas idosas;
- d) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- e) Apoio à integração social e comunitária;
- f) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- g) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- h) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- i) Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- j) Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

---

<sup>6</sup> O Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

## 1.2.1. Formas jurídicas das IPSS

De acordo com o Guia Prático do Instituto da Segurança Social, I.P. (2014)<sup>7</sup>, que aborda a questão da constituição de IPSS, este elucida que as IPSS podem ser de natureza associativa ou de natureza fundacional.

A Tabela 3 indica quais os agrupamentos das instituições supramencionadas.

**Tabela 3.** Agrupamentos das IPSS.

<b>Natureza Associativa</b>	<b>Natureza Fundacional</b>
Associações de Solidariedade Social	Fundações de Solidariedade Social
Associações de Voluntários de Ação Social	Centros Sociais Paroquiais
Associações de Socorros Mútuos ou Associações Mutualistas	
Irmandades da Misericórdia	

Fonte: Elaboração própria, a partir do Guia Prático do Instituto da Segurança Social, I.P. (2014).

O art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, apresenta as formas e agrupamentos das IPSS e clarifica quais as formas jurídicas de como são revestidas as instituições. As formas jurídicas das IPSS podem ser distinguidas em Associações Mutualistas ou de Socorros Mútuos, Fundações de Solidariedade Social e Irmandades da Misericórdia.

As Associações Mutualistas ou de Socorros Mútuos são, de acordo com o art.º 1, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto:

*“pessoas coletivas de direito privado, de natureza associativa, com um número ilimitado de associados, fundos patrimoniais variáveis e duração indefinida que, essencialmente, através da entreatajuda e da quotização dos seus associados, praticam, no interesse destes e das suas famílias e em obediência aos princípios mutualistas, fins de auxílio recíproco de proteção social e desenvolvimento humano, nos termos previstos no presente Código.”*

O Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, no art.º 1, n.º 2, esclarece que as associações mutualistas são entidades pertencentes à Economia Social e possuem o estatuto de IPSS.

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao\\_ipss](http://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss)

Já em relação às Fundações de Solidariedade Social, o seu conceito aparece explícito na Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, que aprova a Lei-Quadro das Fundações. Assim sendo, com base no art.º 3º, n.º 1 do dito Decreto-Lei, uma fundação é uma pessoa coletiva, sem fins lucrativos, provida de património de forma à prossecução de fins de interesse social.

Por fim, o conceito de Irmandades da Misericórdia é definido no Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, no art.º 68, n.º 1, onde consta:

*“As Irmandades da Misericórdia ou Santas Casas da Misericórdia são associações reconhecidas na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristãs.”*

## **1.2.2. Exigências legais em termos de transparência e regime contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo**

Em termos de transparência, as IPSS estão abrangidas pelo seu Estatuto inscrito no Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro.

De acordo com Canha (2010, p.17), através do processo de normalização contabilística, “todas as Instituições teriam de organizar a sua informação financeira de uma forma uniforme e consistente ao longo do tempo, podendo com isso fazer comparações com a informação de exercícios anteriores e analisar a sua evolução.”

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e entidades do sector não lucrativo (ESNL) e transpõe as Diretivas n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho e n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de outubro, no Capítulo III, no art.º 5, n.º 1 refere que:

*“A normalização contabilística para as ESNL aplica-se às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente associações, fundações e pessoas coletivas públicas de tipo associativo”.*

Através deste novo estatuto contabilístico para as ESNL, o objetivo principal prende-se com o papel das referidas entidades, tal como é elucidado no ponto 1.5 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho:

*“A disseminação de ESNL e o importante papel e peso que desempenham na economia justificam que se reforcem as exigências de transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam, nomeadamente através da obrigação de prestarem informação fidedigna sobre a gestão dos recursos que lhes são confiados, bem como sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades.”.*

No que concerne à gestão das IPSS é relevante a distinção entre despesas e receitas, de forma a ser possível o ajuste à gestão orçamental para determinar o nível de rendimento dos serviços prestados. Torna-se ainda imprescindível conferir a legalidade da atividade económico-financeira e a sua harmonia em termos de obediência aos princípios de contabilidade: eficiência, economia e eficácia (Canha, 2010).

Assim sendo, o art.º 14.º-A, n.ºs 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, refere que as IPSS obedecem ao regime da normalização contabilística aplicada às ESNL e que as contas do exercício terão de ser publicadas no sítio institucional eletrónico da instituição até à data de 31 de maio do ano seguinte.

O mesmo Decreto-Lei, no n.º 3 do art.º 14.º-A, expressa que as contas devem ser publicadas e apresentadas ao órgão de fiscalização que possui competência para aferir a legalidade das mesmas.

O não cumprimento das obrigações indicadas tem uma série de consequências para a instituição, as quais estão descritas no art.º 14-A, n.º 5 do referido Decreto-Lei (Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro). Entre as várias consequências, o incumprimento da publicação das contas do exercício leva a que o órgão de administração competente determine ao órgão de administração, a apresentação de um programa adequado ao restabelecimento da legalidade e do equilíbrio financeiro.

Na eventualidade do incumprimento do ponto referido anteriormente, o n.º 6 do mesmo artigo menciona que o órgão competente poderá requerer judicialmente a destituição do órgão de administração da instituição.

Em Portugal, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) é o normativo contabilístico vigente aplicável às ESNL, que fora aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Para Mendes (2016), o atual normativo contabilístico permite a comparabilidade das demonstrações financeiras com as dos países que adotaram as normas internacionais de contabilidade (*International Accounting Standards – IAS / International Financial Reporting Standards – IFRS*).

O SNC surge, portanto, com o “objetivo de homologação das normas internacionais de contabilidade em Portugal, adotadas pela União Europeia (UE), nos termos do Regulamento n.º 1606/2002, de 19 de julho, tendo revogado o POC e legislação complementar” (Pereira, Silva, & Lopes, 2017).

A Comissão de Normalização Contabilística publicou um novo normativo designado por Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) para as ESNL<sup>8</sup>, com obrigatoriedade de aplicação a partir de janeiro de 2012.

Visto que o SNC é de aplicação obrigatória para o setor empresarial, Carvalho (2016, p.52) aponta que o Governo português “viu a necessidade de normas contabilísticas aplicáveis ao Terceiro Setor, com a intenção clara de que um novo normativo possa atender às suas necessidades específicas das entidades que compõem este setor, considerando que um correto enquadramento contabilístico se mostra indispensável à gestão transparente.”.

De acordo com mesmo autor (2016), o regime contabilístico das ESNL é constituído pelos seguintes instrumentos e normativos, conforme tabela seguinte:

**Tabela 4.** Instrumentos do normativo e legislação aplicável.

<b>Instrumentos do Normativo</b>	<b>Enquadramento Legal</b>
Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março</li> <li>• Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho</li> </ul>
Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portaria n.º 105/2011 de 14 de março</li> <li>• Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro</li> </ul>
Código de Contas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portaria n.º 106/2011, de 14 de março</li> <li>• Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro</li> </ul>
Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portaria n.º 6726-B/2011, de 14 de março</li> </ul>
Normas Interpretativas	

Fonte: Elaboração própria, a partir de Carvalho (2016).

<sup>8</sup> Em termos de enquadramento contabilístico, estas entidades estão sujeitas ao normativo contabilístico designado de normalização contabilística para as ESNL, publicado no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e que integra o SNC.

De acordo com o art.º 3 da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, as ESNL que adotem a NCRF para ESNL, ficam obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço.
- Demonstração dos Resultados por Natureza.
- Demonstração dos Resultados por Funções.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.
- Anexo.

Ainda com base no art.º 4 da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, em relação às organizações que nos termos da lei apresentam dispensa<sup>9</sup> de aplicação da NCRF-ESNL ficam, portanto, obrigadas à prestação de contas com base no regime de caixa, contendo os seguintes mapas de divulgação:

- Pagamentos e recebimentos.
- Património fixo.
- Direitos e compromissos futuros.

O Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio, que aprovou o regime da normalização contabilística para as ESNL, que faz parte integrante do SNC reitera que a aplicação do regime da normalização contabilística às ESNL, onde se incluem as IPSS e equiparadas, obriga à certificação legal das contas, através de um Revisor Oficial de Contas, no caso das entidades que ultrapassem dois dos três limites<sup>10</sup> estabelecidos no artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

---

<sup>9</sup> De acordo com o art.º 10º, n.º 1, "Ficam dispensadas da aplicação da normalização contabilística para as ESNL as entidades cujas vendas e outros rendimentos não excedam € 150 000 em nenhum dos dois exercícios anteriores, salvo quando integrem o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas ou estejam obrigadas à apresentação de qualquer das demonstrações financeiras referidas no n.º 1 do artigo 11.º, por disposição legal ou estatutária ou por exigência das entidades públicas financiadoras".

<sup>10</sup> Com base no art.º 262º do (CSC), "As sociedades que não tiverem conselho fiscal devem designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal desde que, durante dois anos consecutivos, sejam ultrapassados dois dos três seguintes limites:

a) *Total do balanço - € 1 500 000;*

b) *Total das vendas líquidas e outros proveitos - € 3 000 000;*

c) *Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício - 50"*

### **1.3. As Santas Casas da Misericórdia**

As Misericórdias, há mais de quinhentos anos, que exercem atos de solidariedade através dos demais projetos sociais que desenvolvem. São instituições pertencentes ao Terceiro Setor, possuem um papel significativo de utilidade pública, assumindo assim uma cooperação com o Estado, ao prestar serviços sociais à população. A referida relação de cooperação com o Estado com estas instituições, leva a que se tornem instituições suas dependentes a nível de financiamento, derivado ao papel que desempenham (Lima, 2017).

Nos dias de hoje e, após a criação da União das Misericórdias Portuguesas em 1976, as misericórdias abarcam uma vasta área de intervenção que vai da assistência na área da saúde à ação social (Caeiro, 2008).

A este grupo integrante das entidades da Economia Social, Gavino (2014, p.29) assinala que “pertencem todas as Santas Casas da Misericórdia, as Irmandades das Santas Casas das Misericórdias e Misericórdias existentes em Portugal, à exceção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que tem um Estatuto especial e pertence ao Setor Institucional das Administrações Públicas (não incluída, portanto, no universo da Economia Social).”

Com base no *website* da União das Misericórdias Portuguesas, as SCM são instituições com a finalidade de prestação de serviços à comunidade, assentando em duas vertentes: apoio social e cuidados de saúde ([www.ump.pt](http://www.ump.pt)). Para esse feito, as SCM dispõem de uma rede de equipamentos que garantem respostas adaptadas às comunidades. Desenvolvem também iniciativas de inovação social, valorização da cultura local e coesão territorial ([www.ump.pt](http://www.ump.pt)).

É defendido por Lima (2017) que as SCM, além de desenvolverem atividades de apoio a idosos e à infância e combate à pobreza, são ainda responsáveis pela gestão de equipamentos, como lares, centros de dia, hospitais, creches e infantários.

#### **1.3.1. Respostas sociais ou valências**

De acordo com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS, 2020), o Regime Jurídico de Instalação, Funcionamento e Fiscalização dos Estabelecimentos de Apoio Social<sup>11</sup> define respostas sociais como o conjunto das atividades ou serviços do campo de ação da segurança social concernentes a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência.

As respostas sociais podem ser desenvolvidas por IPSS ou por outras instituições com ou sem utilidade pública, podendo estar ou não abrangidos por acordos de cooperação estabelecidos com o Instituto da Segurança Social, I.P. (CNIS, 2020).

Com base no Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março, que aprova o regime de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, são definidas respostas sociais (art.º 1º) como: "...atividades e serviços do âmbito da segurança social relativos a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, disfunção e marginalização social...".

É ainda referido que "as respostas sociais podem ser entendidas como um conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos sociais, ou a partir destes, vocacionadas para o apoio a pessoas e/ou famílias." (Carta Social, 2018, p.18).

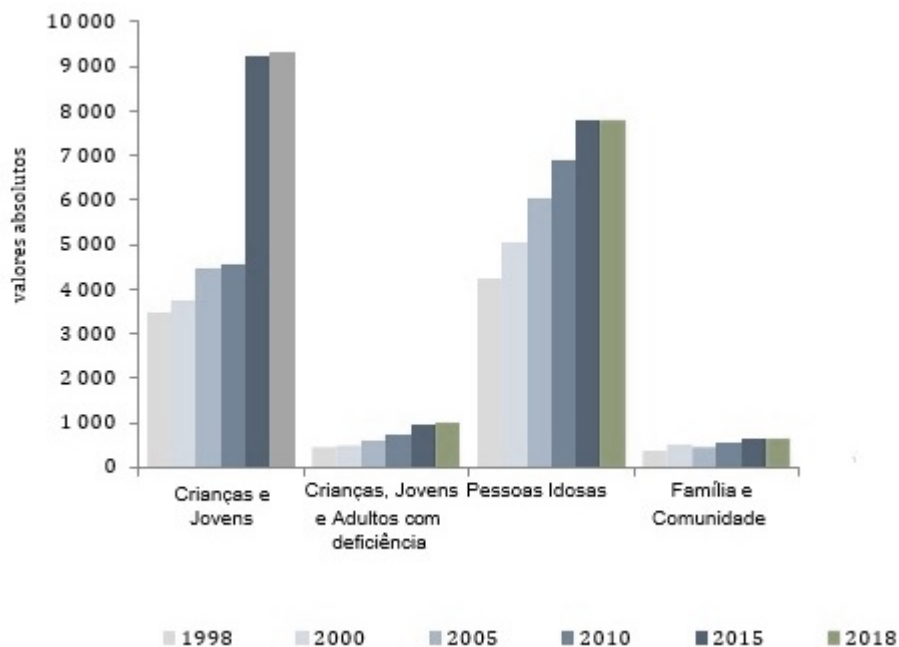
As respostas sociais dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas (Carta Social, 2018): Crianças e Jovens, Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Pessoas Idosas, Pessoas com outras problemáticas (Família e Comunidade).

Remetendo à CNIS (2020), esta esclarece quais as subdivisões das áreas de intervenção das respostas sociais, a saber: creche, pré-escolar, lar residencial, estrutura residencial para idosos (ERPI) serviço de apoio domiciliário (SAD).

Com base na Carta Social (2018), o número total de respostas sociais que compõe a Rede de Serviços da Economia Social (RSES) evidenciou um grande aumento quando comparado com anos anteriores. A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) "enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar." (Carta Social, 2018, p.11).

Para um melhor enquadramento, é importante a perceção da Carta Social e do seu âmbito na Economia Social. Assim sendo e, com base na Carta Social (2018), esta é encarada como um elo essencial ao estudo da dinâmica da RSES e expõe-se como um instrumento informativo de caracterização e análise, algo essencial para o procedimento "da conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão" (Carta Social, 2018, p.11).

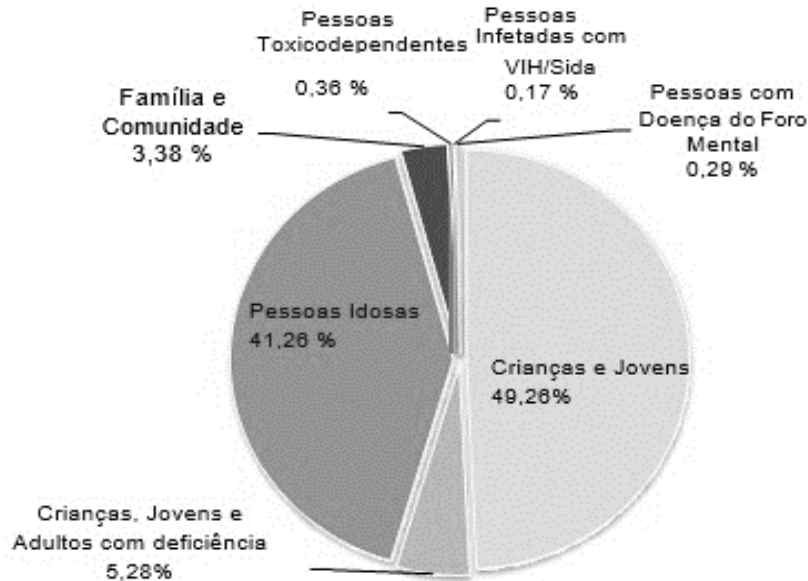
Relativamente à informação da Carta Social, esta é atualizada, anualmente, junto das entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES. É também considerada informação proveniente de outros serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, como o Instituto de Segurança Social, I.P. e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, que complementa, assim, a informação atualizada pelas entidades (Carta Social, 2018). Este propósito é apresentado e quantificado no seguinte gráfico, por população-alvo, em Portugal Continental.



**Gráfico 1.** Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, em Portugal Continental (1998-2018).

Fonte: Adaptado de Carta Social (2018).

Remetendo ao Gráfico 1, é possível constatar que, no período compreendido entre 1998 e 2018, a evolução teve um comportamento ascendente no que concerne ao número de respostas sociais por população-alvo. Assim sendo, é a resposta social às Crianças e Jovens que apresenta o maior peso (cerca de 9 000) e a maior evolução, constatada do ano 2010 para o ano de 2015. Seguidamente, surge a resposta social às Pessoas Idosas (em 2018 apresentava cerca de 7 500), após a resposta social das Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, com um valor na ordem de 1 000, no ano de 2018. Por fim, a resposta social menos representativa é a da Família e Comunidade (cerca de 700 em 2018).



**Gráfico 2.** Distribuição em percentagem das respostas sociais por população-alvo, em Portugal Continental (1998-2018).

Fonte: Carta Social (2018).

De acordo com a Gráfico 2, que expressa a distribuição em percentagem das respostas sociais por população-alvo, em Portugal Continental no período 1998-2018, este elucida que as respostas sociais às Crianças e Jovens representavam, à data de 2018, 49,28% do total de respostas, enquanto que 41,26% era representado por respostas ligadas a Pessoas Idosas. Seguidamente surgem as respostas sociais associadas às Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, com uma percentagem no valor de 5,28%. Como resposta social com valor mais baixo surge a área das respostas sociais às Pessoas Infetadas com VIH/SIDA, representando 0,17% das respostas sociais totais.

A seguinte tabela expõe a distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo, em Portugal Continental, referente ao ano de 2018.

**Tabela 5.** Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo – Ano 2018.

	<b>Crianças e jovens (%)</b>	<b>Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência (%)</b>	<b>Pessoas Idosas (%)</b>	<b>Família e Comunidade (%)</b>	<b>Outras (%)</b>
<b>Norte</b>	<b>34,0</b>	33,5	31,2	30,4	16,8
<b>Centro</b>	27,6	29,5	<b>37,1</b>	24,6	14,8
<b>AM Lisboa</b>	25,7	22,4	15,5	<b>27,4</b>	5,1
<b>Alentejo</b>	8,5	11,8	<b>13,1</b>	9,5	5,8
<b>Algarve</b>	4,2	2,8	3,1	8,1	<b>11,6</b>

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados da Carta Social (2018).

Através da análise à tabela anterior, é possível verificar que a nível regional e a nível de tipologias de respostas sociais, existe uma grande diferença entre as regiões em análise, possivelmente justificada pelas características da densidade populacional portuguesa e sua idade média. Assim sendo, a região Norte apresenta um peso elevado de respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens, com 34,0%. Em relação à região Centro, apresentou o peso mais elevado das respostas sociais em funcionamento no apoio a Pessoas Idosas (37,1%). A Área Metropolitana de Lisboa apresenta mais de metade das respostas sociais dirigidas a grupos relacionados com a Família e Comunidade (27,4%). Relativamente à região do Alentejo, 13,1% do total é dirigido à resposta social das Pessoas Idosas. Por fim, o Algarve é a região que apresenta 11,6% da resposta social mais elevada, caracterizada por “Outras” respostas sociais.

#### **1.4. Transparência, *Accountability* e Divulgação de Informação**

Na literatura existente sobre as ESFL, não há uma definição única que permita definir a transparência e *accountability* dentro do presente campo de estudo. Trata-se de termos que não possuem definições singulares, podendo arcar diversos significados, derivado de diferentes contextos.

Com base em Ortega-Rodríguez, Licerán-Gutiérrez e Moreno-Albarracín (2020), o valor da transparência está implícito no facto de que a divulgação transparente de informação, por este tipo de instituições, deve fornecer aos seus *stakeholders* tipos de informação relevantes e confiáveis.

Neste setor, foi detetada uma preocupante ausência de transparência, que é um assunto delicado devido à potencial perda de apoio, por exemplo, de donativos, que se traduz num impacto direto no futuro das organizações (Ortega-Rodríguez, Licerán-Gutiérrez, & Moreno-Albarracín, 2020).

Para Jorge, Sá e Lourenço (2012), a prestação ou disponibilização de informação é vista como primordial e como uma base para a existência de transparência. Os mesmos autores (2012) enfatizam a importância da transparência como pré-requisito para a *accountability*.

Brito (2014) fundamenta que o conceito de *accountability* remete à obrigação de prestação de contas aos *stakeholders* associados, por parte de um dos membros de um órgão administrativo.

Já Bovens (2007) defende que a *accountability* pode ser usada como base de prevenção de corrupção e abuso de poder e para o aumento da eficácia e eficiência da Administração Pública, fortalecendo a legitimidade do governo.

“A *accountability* tem sido um tema central na teoria democrática contemporânea.” (Filgueiras, 2011, p.67). Segundo o mesmo autor (2011), o conceito de *accountability* é um conceito que pressupõe uma distinção entre o setor público e o setor privado.

De acordo com Ruela (2013), questões como as mudanças nos planos político e socioeconómico, surgem como base ou justificação de um crescente interesse pela *accountability* no Terceiro Setor. A mesma autora (2013, p.8) defende que existem diversas razões que suscitam debates nesta área, entre os quais a “expansão e profissionalização do Terceiro Setor, a influência dos pressupostos da Nova Gestão Pública, a introdução de novas exigências de qualidade na prestação dos serviços e requisitos de maior eficácia e eficiência na intervenção social, a crise de legitimidade e falta de confiança pública que têm abalado algumas organizações sociais e a perpetuação de formas de pobreza e exclusão social”.

A transparência surge em grande medida relacionada com a *accountability*, remetendo assim à obrigação que os agentes públicos possuem em prestar contas do uso de recursos públicos (Jorge, Sá, & Lourenço, 2012).

Com referência à *accountability*, esta pode ser encarada tanto do ponto de vista vertical como horizontal. Em relação à *accountability* vertical, nesta estabelece-se o regime de democracia representativa, ou seja, a prestação de contas dos representados por via de atuarem em representação a um poder do cidadão (Britto, 2014). A *accountability* horizontal aponta que a responsabilização é o resultado do sistema de controlo interno (no seio da própria administração), externo (a cargo do Legislativo) e social, realizado pelo cidadão (Britto, 2014).

Para Ortega-Rodríguez, Licerán-Gutiérrez e Moreno-Albarracín (2020), a importância do aumento da credibilidade das instituições do Terceiro Setor, de forma a angariar fundos necessários, reforça a necessidade da implementação de sistemas de gestão e controlo interno, que sejam capazes de fornecer informação social e económico-financeira sobre o desempenho destas instituições. Além disso,

as organizações obterão uma maior confiança por parte das partes interessadas se as informações forem divulgadas, com um nível mais elevado de transparência.

## **1.5. A transparência nas instituições do Terceiro Setor**

### **1.5.1. Teorias explicativas como suporte de enquadramento teórico**

Como suporte de enquadramento teórico relativamente à questão da transparência nas instituições do Terceiro Setor, são apontadas várias teorias que suportam esta temática, a saber: a teoria da agência, a teoria dos *stakeholders*, a teoria institucional e a teoria da dependência dos recursos.

Em relação à teoria da agência, esta é uma teoria que, perante elevados custos de agência, se traduzirá em maiores níveis de divulgação da informação (Jensen & Meckling, 1976). No que respeita ao Terceiro Setor, a teoria da agência enfatiza o controlo e a transparência da gestão através dos Conselhos de Administração (Carvalho, 2016).

De acordo com Carvalho (2016), existem de igual forma as tensões do conflito de agência, mesmo com a ausência da pretensão de obtenção de lucro, o incentivo do principal passa por promover resultados em volta da missão da organização, podendo traduzir-se num problema interno de agência caso os colaboradores não se comprometam com a missão da organização.

Brody citado por Ahrens (2018) defende no seio das ESF a aplicação da teoria da agência, explicando que essas entidades são muito idênticas com as entidades privadas (com fins lucrativos), no que concerne às tensões dos conflitos de agência. Segundo o mesmo autor (2018), embora não existam acionistas, as instituições terão que possuir alguém que mantenha o seu normal funcionamento, de forma a cumprir os objetivos instituídos, além de manter as relações com os seus *stakeholders*.

A teoria dos *stakeholders* é uma teoria que desde logo remete a Freeman (1984), o qual defende que uma organização se deve basear na consideração pelos grupos interessados na própria organização, como, por exemplo, os sócios, os colaboradores e os fornecedores. No caso do setor não lucrativo, os *stakeholders* podem ser considerados como os avaliadores da divulgação financeira (Lima, 2017).

“A atuação social que as organizações sem fins lucrativos têm perante a divulgação de informação que realizam, quer de índole obrigatória, quer voluntária, tem por objetivo o reforço da credibilidade e legitimidade perante os *stakeholders*” (Carvalho, 2016, p.62).

Relativamente à Teoria Institucional, Carvalho (2016) defende que nesta perspetiva é atribuída uma grande importância sobre as normas do ambiente institucional e a história da instituição. O mesmo autor

(2016) aponta que a tendência das organizações para uma uniformidade relativamente ao ambiente institucional é tratada por isomorfismo. Atitudes como iniciativas de índole financeiras ou contabilísticas (prestação de contas) podem ser considerados uma forma de isomorfismo, visto que a organização pode estar a reproduzir práticas valorizadas em outro tipo de sociedades ou organizações (Carvalho, 2016).

Por sua vez, a Teoria da Dependência dos Recursos é tratada por Carvalho (2016, p.72) como uma teoria que “cria um modelo que retrata as organizações numa perspetiva de constante procura por autonomia, confrontando-as com limitações e práticas de controlo e auditoria.”.

Para Carvalho (2016), organizações sem fins lucrativos possuem diversas dificuldades para adquirir e controlar recursos próprios, pelo que a sua sobrevivência pode estar garantida se estas souberem lidar com contingências e garantir os recursos necessários à sua existência. Para esta teoria, a contabilidade e a prestação de contas podem ser analisados como um meio para proteger a transferência de recursos para a organização (Carvalho, 2016).

### **1.5.2. Literatura teórico-empírica sobre a transparência das instituições do Terceiro Setor e os seus determinantes**

A literatura teórico-empírica sobre a transparência das instituições do Terceiro Setor é ampla e universal. Existem diversas abordagens e práticas metodológicas que são utilizadas com vista a garantir um nível desejado de transparência nas instituições estudadas. Entre diferentes autores estudados, observou-se a análise de variáveis, tais como: subsídios/donativos, auditoria, estrutura do Conselho Administrativo, tempo de constituição da instituição, excedente orçamental, existência de dívidas, índice de governança, índice de independência, parcerias com empresas, conteúdo, navegabilidade e apresentação da informação, desempenho financeiro, tamanho da instituição e qualificação como Organização da Sociedade de Interesse Público.

#### **i) Subsídios e/ou Donativos**

Dentro da temática surgem autores como Xue e Niu (2019), apresentando um trabalho com o intuito de investigar a relação entre os vários mecanismos do governo e o seu nível de transparência, através de uma amostra das 200 principais fundações de caridade chinesas. Como metodologia, os autores realizaram uma análise da constituição do governo, incluindo o conselho, a administração e os provedores de capital. O Índice de Transparência, publicado pelo *Chinese Foundation Center*, foi usado como um *proxy* para o nível de transparência. Os autores determinaram que os Subsídios e/ou Donativos recebidos pelas fundações determinam e incentivam o aumento do nível de transparência.

Remetendo ao trabalho dos autores Chen, Kang e Luna-Reyes (2019), este teve como propósito examinar os determinantes da transparência fiscal *online* nos 50 estados dos EUA, através de um conjunto de dados do período compreendido entre 2010 e 2016. O objetivo referido foi trabalhado metodologicamente através da aplicação da estrutura de Tecnologia-Organização-Ambiente (TOE). Como determinantes utilizados no âmbito do trabalho, foram, entre outros, os subsídios e/ou donativos recebidos. A nível de resultados, os autores defendem que o desenvolvimento do governo digital está positivamente relacionado com a transparência fiscal *online*. Os recursos financeiros de curto prazo, medidos pelo *superavit* orçamental anual, permitem o desenvolvimento de melhores programas de transparência fiscal *online*, enquanto que, as condições financeiras de longo prazo, estão de forma negativa relacionadas com a transparência *online* fiscal.

Zainon, Atan e Wah (2014) examinaram os determinantes da extensão da divulgação por organizações sem fins lucrativos na Malásia derivado ao crescente interesse na prática de divulgação de estudos de organizações não-governamentais e dada à importância da divulgação para garantir responsabilidade e transparência. A nível metodológico e, em primeiro lugar, o estudo identifica itens de informação que as organizações precisam de divulgar. Em segundo, é realizada uma pesquisa *online* para determinar as classificações de importância para esses mesmos itens de divulgação. Por fim, a investigação mede a extensão da divulgação com retornos anuais de 101 organizações sem fins lucrativos da Malásia para o ano de 2009. Estabeleceram a rubrica dos subsídios e/ou donativos como determinante do estudo em que os resultados obtidos mostraram que este promove melhores práticas de comunicação e de divulgação da informação financeira.

## **ii) Auditoria**

Também os autores Carvalho, Rodrigues e Branco (2017) expuseram o seu trabalho que tinha como objetivo examinar a influência das características de 142 Fundações portuguesas nas suas práticas de relato financeiro anual. Metodologicamente, o trabalho baseou-se num modelo que pretende avaliar a relação causa-efeito entre o relato financeiro anual e os determinantes definidos. Como determinantes, os autores definiram, entre outros, a Auditoria, concluindo que a prática de Auditoria numa instituição possui um impacto positivo no âmbito do reporte das demonstrações financeiras.

Mais recentemente, Carvalho, Ferreira e Lima (2019) realizaram um trabalho com o principal objetivo de averiguar que tipo de informação e quais os fatores que influenciam as instituições de caridade portuguesas na divulgação de informação via *Internet*. As opções metodológicas foram baseadas numa análise quantitativa de conteúdo da informação *web* publicada pelas instituições de caridade portuguesas. Definiram a certificação legal das contas (auditoria) como determinante do estudo, defendendo que a maioria das organizações estudadas divulga diferentes tipos de informação (financeira e não financeira), em que a informação financeira assume um papel mais relevante, sendo o índice de divulgação de contas anual o maior nível de divulgação.

Os autores Harris e Neely (2018) realizaram um trabalho que possuiu como objetivo principal o estudo das práticas de transparência em organizações sem fins lucrativos com maior reconhecimento disponíveis no *website GuideStar.org*. A sua metodologia tratava-se da aplicação de um modelo de regressão logística. Foram definidos como determinantes, entre outros, a auditoria. Os resultados obtidos mostraram que as organizações em que as contas são auditadas estão associadas a uma maior transparência.

Zainon, Atan e Wah (2014) na sua obra estabeleceram também a existência de auditoria como determinante, defendendo que a presença de auditores promove melhores práticas de comunicação.

### **iii) Estrutura do Conselho Administrativo**

Ainda Carvalho, Rodrigues e Branco (2017) definiram no seu trabalho a Estrutura do Conselho Administrativo como determinante. Como resultados os autores concluíram que a Estrutura do Conselho Administrativo, contrariamente ao expectável, não influencia o relato financeiro anual, ao contrário da prática de Auditoria.

### **iv) Tempo de Constituição da Instituição**

O estudo de Ramos e Klann (2019) teve por objetivo avaliar a relação entre a qualidade da informação financeira e as características organizacionais das entidades do Terceiro Setor do Brasil. Metodologicamente, caracteriza-se como um estudo descritivo, documental e com abordagem quantitativa. Para a concretização do objetivo do estudo, foi criada uma *checklist* com base no índice de Interpretação Técnica Geral (ITG) (2002). Da população-alvo analisada fizeram parte 392 organizações qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, totalizando 18 553 pessoas. O tamanho da organização, o tempo de constituição da organização e a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, apresentam um peso no seio da qualidade da divulgação de informação financeira, portanto, foram distinguidos como determinantes do estudo. Como resultados, os autores apontam que o tempo de constituição da instituição influencia positivamente a qualidade da informação financeira prestada.

Carvalho, Ferreira e Lima (2019) ainda no seu trabalho definiram também a idade da instituição (tempo de constituição) como determinante explicativo. Os autores defendem que a maioria das organizações divulga diferentes tipos de informação (financeira e não financeira), em que a informação financeira assume um papel mais relevante, sendo o índice de divulgação de contas anual o maior nível de divulgação.

**v) Excedente Orçamental**

Os autores Chen, Kang e Luna-Reyes (2019), na sua obra, definiram ainda como determinante utilizado no âmbito do trabalho, o excedente orçamental. A nível de resultados, os autores defendem que a presença de excedente está positivamente relacionada com a transparência fiscal *online*.

**vi) Existência de Dívidas**

Behn, DeVries e Lin (2010) realizaram um trabalho com o principal objetivo de identificar os determinantes associados a uma maior transparência no Terceiro Setor. Em concreto analisaram a natureza da divulgação financeira voluntária, em 300 ESFL. A nível metodológico, os autores desenvolveram um modelo genérico de divulgação financeira voluntária, através de um estudo exploratório baseado nos dados presentes nos centros *National Center for Charitable Statistics* e *Center on Nonprofits and Philanthropy (Urban Institute)*. Como determinantes definiram a Dívida, concluindo que numa organização sem fins lucrativos, quanto maior a sua dívida maior é a probabilidade de estas publicarem as suas demonstrações financeiras.

Chen, Kang e Luna-Reyes (2019), no seu trabalho definiram ainda como determinante a existência de dívidas, concluindo que o desenvolvimento do governo digital está positivamente relacionado com a transparência fiscal *online*.

**vii) Índice de governança**

Os autores Harris e Neely (2018) no seu trabalho, definiram também como determinante o Índice de Governança, defendendo que as organizações com governança mais forte, melhor desempenho e equipas mais profissionais estão associadas positivamente a uma maior transparência.

**viii) Índice de independência**

Harris e Neely (2018) definiram ainda no seu trabalho o Índice de Independência como determinante explicativo. Os resultados obtidos permitiram concluir que as organizações com melhor desempenho e mais independentes se associam a um maior nível de transparência.

**ix) Parcerias com Empresas**

Sanzo-Perez, Rey-Garcia e Álvarez-González (2017) na sua investigação, analisaram os impulsores da transparência em ESFL através da realização de um estudo quantitativo, por meio de uma pesquisa com uma amostra representativa de organizações sem fins lucrativos espanholas incorporadas como fundações. Como determinante associado surgiu a Parcerias com Empresas. Obtiveram como resultados que as organizações sem fins lucrativos aproveitam a *Internet* para interagir com os *stakeholders* de forma estratégica.

**x) Conteúdo, Navegabilidade e Apresentação da Informação**

Por sua vez, os autores Gandía e Archidona (2008), analisaram no seu estudo a informação dos *websites* das cidades espanholas, através do apuramento dos determinantes explicativos dos níveis de informação assumidos. Metodologicamente, o estudo referenciou-se na literatura existente, em concreto na temática da qualidade da informação dos *websites*, com incidência particular na escala *Web Quality Model* (WQM). Os determinantes utilizados foram o Conteúdo, Navegabilidade e Apresentação da Informação. Os principais resultados obtidos foram uma fraca divulgação da informação. Os dados obtidos indicam que cerca de metade da amostra em estudo comprova os determinantes assumidos como influenciadores e os níveis de divulgação de informação dependem de competição política, reputação pública e acesso à tecnologia.

**xi) Desempenho Financeiro**

Também Zainon, Atan e Wah (2014) estudaram o desempenho financeiro de uma ESFL como determinante explicativo da transparência, apontando que as instituições com melhor capacidade financeira tendem a divulgar mais informação.

**xii) Tamanho da Instituição**

Ramos e Klann (2019), no seu trabalho, estabeleceram também o tamanho da organização como determinante explicativo. Os resultados apontam para uma baixa qualidade da informação financeira quando relacionado com o tamanho da instituição (relação inversa) e apontam a uma necessidade de evolução do processo da publicação das contas.

Carvalho, Ferreira e Lima (2019) realizaram um trabalho com o principal objetivo de averiguar que tipo de informação e quais os fatores que influenciam as instituições de caridade portuguesas na divulgação de informação via *Internet*. As opções metodológicas foram baseadas numa análise quantitativa de conteúdo da informação *web* publicada pelas instituições de caridade portuguesas. Como determinantes do estudo, os autores definiram a dimensão organizacional da instituição. Os autores defendem que as maiores instituições que analisaram divulgam mais e diferentes tipos de informação (financeira e não financeira), em que a informação financeira assume um papel mais relevante, sendo o índice de divulgação de contas anual o maior nível de divulgação.

**xiii) Qualificação como Organização da Sociedade de Interesse Público**

Ainda, Ramos e Klann (2019) definiram como determinante a qualificação como Organização da Sociedade de Interesse Público, que apresenta um peso no seio da qualidade da divulgação da informação financeira. Os autores concluíram que tanto a qualidade como a quantidade da informação financeira são de fraco nível.

A Tabela 6 sintetiza os principais estudos, descrevendo os autores, o objetivo principal dos estudos realizados, os determinantes estudados e, por fim, os principais resultados obtidos.

**Tabela 6.** Tabela síntese da literatura teórico-empírica sobre a transparência das instituições do terceiro setor (continua).

<b>Autores</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Determinantes</b>	<b>Resultados</b>
Carvalho, Rodrigues & Branco (2019)	Estudar a influência das características de 142 Fundações portuguesas nas suas práticas de relato financeiro anual.	Modelo de Equações Estruturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditoria,</li> <li>• Estrutura do Conselho Administrativo</li> </ul>	A Estrutura do Conselho não influencia o relato financeiro anual ao contrário da prática de Auditoria que mostra um impacto positivo.
Behn, DeVries & Lin (2010)	Identificar os determinantes associados a uma maior transparência no terceiro setor, sobre a natureza da divulgação financeira voluntária em 300 ESFL.	Desenvolvimento de um modelo genérico de divulgação financeira voluntária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dívidas</li> <li>• Despesas</li> </ul>	Quanto maior a dívida e despesa, maior é a probabilidade de publicar as demonstrações financeiras.
Xue & Niu (2019)	Investigar a relação entre os vários mecanismos de governo e o nível de transparência através de uma amostra das 200 principais fundações de caridade chinesas.	Análise dos três tipos de forças de governo, incluindo o conselho, a administração e os provedores de capital. O Índice de Transparência da Fundação (FTI), publicado pelo <i>Chinese Foundation Center</i> , é usado como um <i>proxy</i> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Subsídios e/ou Donativos</li> </ul>	As fundações públicas que conseguem arrecadar subsídios e/ou donativos, incentiva ao aumento do nível de transparência.
Carvalho, Ferreira & Lima (2019)	Averiguar que tipo de informação e quais os fatores que influenciam as instituições de caridade portuguesas na divulgação de informação via <i>Internet</i> .	Análise quantitativa de conteúdo da informação <i>web</i> publicada pelas instituições de caridade portuguesas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dimensão</li> <li>• Tempo de constituição da instituição (idade)</li> <li>• Certificação legal das contas</li> </ul>	A maioria das organizações divulga diferentes tipos de informação (financeira e não financeira), em que a informação financeira assume um papel mais relevante.
Chen, Kang, & Luna-Reyes (2019)	Examinar os determinantes da transparência fiscal <i>online</i> nos 50 estados dos EUA, no período de 2010 a 2016.	Aplicação da Estrutura de Tecnologia-Organização-Ambiente (TOE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Subsídios e/ou donativos</li> <li>• Excedente Orçamental</li> <li>• Dívidas</li> </ul>	Recursos financeiros de curto prazo, medidos permitem desenvolver melhores programas de transparência fiscal <i>online</i> .
Xue & Niu (2019)	Estudar as práticas de transparência em ESFL com maior reconhecimento disponíveis em GuideStar.org	Regressão logística	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Índice de governança, independência e auditoria</li> </ul>	Organizações com índice de governança mais forte, melhor desempenho e equipas mais profissionais e independentes associam-se a uma maior transparência.

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 6.** Tabela síntese da literatura teórico-empírica sobre a transparência das instituições do terceiro setor (continuação).

<b>Autores</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Determinantes</b>	<b>Resultados</b>
Sanzo-Perez, Rey-Garcia & Álvarez-González (2017)	Analisar os impulsores da transparência em ESFL	Estudo quantitativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Parcerias com empresas</li> </ul>	As ESFL fazem uso da <i>Internet</i> para interagir com os <i>stakeholders</i> de forma estratégica
Gandía & Archidona (2008)	Analisar a informação dos <i>websites</i> das cidades espanholas, com o objetivo de apurar os determinantes explicativos dos níveis de informação apurados.	O estudo referenciou-se na literatura existente na temática da qualidade da informação dos <i>websites</i> , com incidência particular na escala <i>Web Quality Model</i> (WQM).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conteúdo, navegabilidade e apresentação da informação.</li> </ul>	Os resultados apontam a uma fraca divulgação da informação e os níveis de divulgação dependem de competição política, reputação pública e acesso à tecnologia.
Zainon, Atan, & Wah (2014)	Examinar estudos de organizações não-governamentais, remetendo à importância da divulgação para uma maior transparência.	Pesquisa <i>online</i> a 101 organizações sem fins lucrativos da Malásia em 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prática de auditoria externa</li> <li>Desempenho financeiro</li> <li>Apoio do governo em termos de donativos.</li> </ul>	A presença de auditores externos promove melhores práticas de comunicação. ESFL da Malásia com maior capacidade financeira tendem a divulgar mais informação
Ramos, F. & Klann, R. (2019)	Avaliar a relação entre a qualidade da informação financeira e as características organizacionais das entidades do Terceiro Setor do Brasil.	Criação de uma <i>checklist</i> , com base no índice ITG (2002). Da população alvo fizeram parte 392 organizações qualificadas como OSCIPS e UPF, totalizando 18553 pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tamanho da organização</li> <li>Tempo de constituição da instituição</li> <li>Qualificação como OSCIP</li> </ul>	Os resultados apontam que os determinantes abordados influenciam positivamente a prestação de contas

Fonte: Elaboração própria.

## **2. Estudo Empírico**

### **2.1. Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação**

O presente estudo pretende aferir o nível de transparência das SCM do Norte de Portugal e identificar os determinantes do nível de transparência. Para a concretização do objetivo principal é pretendido, numa primeira instância, medir e avaliar sobre a presença das SCM na *Internet* permitindo analisar o nível de maturidade dos seus *websites* e avaliar o índice de transparência, numa segunda instância.

Assim, a presente dissertação pretende responder às hipóteses de investigação (HI) apresentadas nos seguintes pontos. De realçar que as hipóteses de investigação foram formuladas tendo em conta a revisão de literatura teórica-empírica, com a seleção das variáveis atendendo aos dados obtidos disponíveis para a realização da presente investigação.

### **2.1.1 Nível de Maturidade**

Com base no trabalho realizado por Ferreira, Marques, Santos, Azevedo e Mendes (2016), que avaliou a presença na *Internet* das IPSS, considerou-se que a variável Nível de Maturidade pode influenciar o grau de transparência.

Assim sendo, desta ideia formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

***H1: Existe uma relação positiva entre o nível de maturidade e o nível de transparência das SCM.***

### **2.1.2 Número de Utentes**

O número de utentes pode ser considerado como uma variável que condiciona o nível de transparência. Neste caso, quanto maior o número de utentes que uma SCM tiver, possivelmente maior será o grau de divulgação no seu *website*. Neste contexto, definiu-se a seguinte hipótese de investigação, que se caracteriza como sendo exploratória:

***H2: Existe uma relação positiva entre o número de utentes e o nível de transparência das SCM.***

### **2.1.3 Número de Valências**

As SCM que possuem uma maior oferta de valências, poderá traduzir-se numa influência positiva com o nível de transparência nos seus *websites*. Tendo esta ideia presente e, de uma forma exploratória, definiu-se a seguinte hipótese de investigação:

***H3: Existe uma relação positiva entre o número de valências e o nível de transparência das SCM.***

### **2.1.4 Género da Provedoria**

Em organizações como as SCM que dispõem de um órgão máximo, que neste caso se trata de um Provedor ou de uma Provedora, a intenção passa pela avaliação de o género da provedoria poder influenciar o nível de transparência da informação por parte dessas organizações. Em resultado da ideia, formulou-se de uma forma exploratória, a seguinte hipótese de investigação:

***H4: Existe uma relação positiva entre o género da provedoria e o nível de transparência das SCM.***

### **2.1.5 Tempo de Constituição da Instituição**

De acordo com Ramos e Klann (2019), o tempo de constituição da instituição tem influência no grau de divulgação da informação financeira.

Também, o estudo realizado por Carvalho, Ferreira e Lima (2019) mostra que o tempo de constituição de uma SCM é um fator determinante do nível de transparência.

Assim sendo, e partindo deste contexto, formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

***H15: Existe uma relação positiva entre o tempo de constituição da SCM e o nível de transparência das SCM.***

### **2.1.6 Certificação Legal de Contas**

A investigação empírica, realizada por Harris e Neely (2018), evidencia que a prática de auditorias numa organização do Terceiro Setor a torna mais transparente. Tanto Zainon, Atan e Wah (2014) como Carvalho, Ferreira e Lima (2019), defendem que organizações sujeitas a Certificação Legal de Contas é determinante no que concerne à sua transparência, traduzindo-se numa maior divulgação da informação.

Também os autores Carvalho, Rodrigues e Branco (2017), expuseram o seu trabalho que tinha como objetivo examinar a influência das características de 142 Fundações portuguesas nas suas práticas de relato financeiro anual e concluíram que a prática de Auditoria numa instituição possui um impacto positivo no âmbito do reporte das demonstrações financeiras.

Em consideração aos contributos dos estudos mencionados, definiu-se a seguinte hipótese de investigação

***H16: Existe uma relação positiva entre as SCM sujeitas a Certificação Legal de Contas e o nível de transparência das SCM.***

### **2.1.7 Subsídios e/ou Donativos**

Zainon, Atan e Wah (2014), Xue e Niu (2019) e Chen, Kang e Luna-Reyes (2019) defendem que os subsídios e/ou os donativos que as SCM recebem se traduzem em variáveis influenciadoras do grau de divulgação da informação e, por conseguinte, do nível de transparência que apresentam.

Assim sendo, e com base nos autores referidos, as SCM que recebem subsídios e/ou donativos tendem a ser mais transparentes e participativas no que se relaciona com a publicação de informação no seu *website*.

Com base no exposto, formulou-se a sétima hipótese de investigação:

***H17: Existe uma relação positiva entre as SCM que recebem subsídios e/ou donativos e o nível de transparência das SCM.***

### **2.1.8 Total do Ativo**

Das três rubricas que compõem um balanço de uma SCM (Ativo, Capital Próprio e Passivo), o valor do Ativo de uma organização poderá constituir uma variável que influencia o seu nível de transparência. Assim sendo e de forma a ser possível esse teste de uma forma exploratória, formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

***H18: Existe uma relação positiva entre o total do ativo da SCM e o nível de transparência das SCM.***

### **2.1.9 Total do Capital Próprio**

De igual forma como a rubrica do Ativo, a rubrica do Capital Próprio poderá de igual forma constituir-se como uma variável que condiciona ou influencia o nível de transparência de uma SCM. Desta forma, apresentou-se a seguinte hipótese de investigação:

***H19: Existe uma relação positiva entre o total do capital próprio da SCM e o nível de transparência das SCM.***

### **2.1.10 Total do Passivo**

Por fim, e comparativamente com as rubricas do Ativo e do Capital Próprio, também o valor do Passivo se poderá constituir como uma condicionante do nível de transparência das SCM. Assim sendo, formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

***HI<sub>10</sub>: Existe uma relação positiva entre o total do passivo da SCM e o nível de transparência das SCM.***

## **2.2. Metodologia**

A investigação é uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais. É através da investigação que se “reflete e problematizam os problemas nascidos na prática, que se suscita o debate e se edificam as ideias inovadoras.” (Coutinho, 2014, p.4).

O objetivo geral da presente investigação visa aferir o nível de transparência das SCM do Norte de Portugal e averiguar quais os seus fatores explicativos.

De forma a ser possível a obtenção dos resultados, na presente dissertação, foram considerados dois métodos de investigação – qualitativo e quantitativo.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem com o intuito de explorar e compreender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social. O processo de pesquisa trata-se de uma análise de conteúdo, construído indutivamente de temas mais particulares a temas gerais, onde quem realiza a pesquisa faz interpretações dos dados (Creswell, 2014).

Em relação à pesquisa quantitativa, Creswell (2014) defende que se trata de uma abordagem com o intuito de testar teorias objetivas, através da análise da relação entre variáveis, que poderão ser medidas através de procedimentos estatísticos, com base nas hipóteses de investigação assumidas.

Para a concretização do objetivo proposto, o investigador, numa primeira fase, aplica o método de investigação qualitativo, através do qual calcula o Índice de Maturidade dos *websites* das SCM, tendo por base a metodologia adotada por Ferreira *et al.* (2016), permitindo avaliar também a presença das SCM na *Internet*.

Para Ferreira *et al.* (2016), um Índice como o Índice de Maturidade dos *websites* das SCM tem como função averiguar se as SCM possuem condições para cumprir as exigências legais referentes à publicação de demonstrações financeiras no seu *website* institucional e sustentar os resultados obtidos no Índice de Transparência para, desta forma, concluir acerca da presença e transparência das SCM na *Internet*.

Numa segunda fase, e concretizado num segundo estudo, através do método de investigação qualitativo, foi calculado o Índice de Transparência das SCM, refletindo os indicadores que os autores definiram para a sua aferição, adaptados ao caso das SCM.

A recolha de dados foi realizada através da *Internet*, com base no acesso direto à base de dados da União das Misericórdias Portuguesas ([www.ump.pt](http://www.ump.pt)), de forma a obter o total de Misericórdias da região Norte reconhecidas como SCM.

A recolha e tratamento dos dados decorreu no período entre 15 de fevereiro e 30 de abril de 2020 e, no total de 74 Misericórdias reconhecidas como associadas à União das Misericórdias Portuguesas, 66 apresentam um *website* institucional. Para o cálculo do Índice de Maturidade foi considerado o ano de 2020 e, para o cálculo do Índice de Transparência, foram considerados os anos de 2017 e 2018 para os indicadores referentes à Transparência Económico-Financeira, estabelecendo a possibilidade de comparação entre anos, concluindo acerca da percentagem de evolução em termos percentuais do índice de transparência em cada SCM.

A recolha de dados levou à construção de duas bases de dados para cada um dos estudos enunciados.

Em relação à análise estatística dos dados obtidos e das variáveis delineadas, foi utilizado o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) e o *Excel* para a elaboração dos gráficos e análises descritivas.

Numa primeira instância, as variáveis foram sujeitas a uma análise descritiva, recorrendo à distribuição por frequência. Para Lima (2017, p.47) uma análise descritiva “permite retirar as primeiras impressões sobre o nível de divulgação da informação.”.

### 2.3. População

De acordo com Ferreira *et al.* (2016), o Terceiro Setor é um setor com visível crescimento tanto a nível nacional como internacional. Os referidos autores (2016) defendem que, em Portugal, este crescimento é derivado em grande parte ao trabalho desenvolvido pelas IPSS.

A Figura 1 posiciona, no mapa de Portugal Continental, a população estudada.



**Figura 1.** Localização da população estudada.

Fonte: Adaptado de [www.ump.pt](http://www.ump.pt). Acedido em fevereiro de 2020.

Com base na figura anterior e, com referência à população estudada (N=74), é possível verificar que a cidade do Porto é a que junta um maior número de SCM, com um total de 21 (28,3%). Seguidamente surge a cidade de Braga, com 15 (20,3%) SCM registadas. Com número igualitário de SCM, surgem os distritos de Vila Real e Bragança, com um peso de 14 (18,9%) SCM cada uma. Por fim, com o menor número de SCM surge Viana do Castelo, que conta apenas com 10 (13,5%) SCM.

O Apêndice I mostra a lista das SCM, por concelho, consideradas para análise no presente estudo, explicitando de igual forma o *link* de cada SCM na *Internet*.

## **2.4. Estudo 1 – Índice de Maturidade dos *Websites***

### **2.4.1. Objetivo**

O primeiro estudo cujo objetivo é determinar o Índice de Maturidade dos *websites* das SCM baseou-se metodologicamente no trabalho de Ferreira *et al.* (2016), conforme mencionado anteriormente, com o intuito de avaliar a presença na *Internet* das SCM.

### **2.4.2. Metodologia e Recolha de dados**

O estudo poderá ser caracterizado como um estudo analítico, com aplicação do método de abordagem indutivo.

Através do método de abordagem indutivo é possível concluir acerca das relações que existem entre a observação dos factos e dos fenómenos concretos (Ferreira *et al.*, 2016).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2001, de 27 de fevereiro, determina a avaliação periódica dos *websites* dos organismos da administração direta e indireta do Estado, pretendendo aferir o grau de atualização da informação disponibilizada nos *websites* das entidades, atendendo aos seguintes aspetos:

- Clareza da apresentação da informação;
- Facilidade de pesquisa da informação;
- Cumprimento de disposições legais relativas ao conteúdo e forma de apresentação das páginas das entidades, sobretudo relacionado com a acessibilidade por cidadãos com necessidades especiais.

Relativamente ao processo de pesquisa, este Estudo 1 classifica-se como um estudo quantitativo e qualitativo, visto que visa avaliar o fenómeno estudado e identificar as diferentes conclusões no que concerne ao estado de maturidade dos *websites* das SCM, designadamente das SCM localizadas no Norte de Portugal.

Em relação às técnicas de recolha de dados, estas consistem na realização de uma pesquisa bibliográfica e análise de conteúdos dos *websites* das SCM, de forma a apurar o Índice de Maturidade dos *websites* (Creswell, 2014).

Os dados com vista ao cálculo do Índice de Maturidade dos *websites* das SCM foram recolhidos através de consulta aos *websites* das 74 SCM em estudo, através da técnica de análise de conteúdo. Os dados foram recolhidos através de consulta direta nos *websites* das SCM analisadas. A consulta dos dados realizou-se entre os dias 15 de fevereiro a 8 de março de 2020.

De forma a apurar o resultado do Índice de Maturidade dos *websites*, Ferreira *et al.* (2016) definiram dimensões agrupadas por indicadores. Foi, portanto, desenvolvido um Índice de Maturidade dos *websites* das SCM (IM), adaptado com base no índice utilizado pelos autores referidos (2016), baseado em seis dimensões (dimensão A a G).

No que respeita ao objetivo de cada uma das dimensões, este é apresentado de seguida.

A dimensão A verifica se as SCM possuem ou não *website* ativo; a dimensão B verifica a informação geral dos conteúdos, através da recolha da Informação Institucional, Estrutura Orgânica, Serviços Prestados, Contactos, Possibilidade de selecionar conteúdos em Inglês, Destaque para novidades e FAQ (perguntas mais frequentes); a dimensão C trata a informação financeira dos conteúdos, com referência a mapas previsionais, mapas de execução orçamental e outras demonstrações financeiras; a dimensão D relata a atualização dos conteúdos, através da recolha da data da última atualização do *website*, eventos programados ou em curso, o plano de atividades e estatísticas, publicações e estudos; a dimensão E trata a questão da acessibilidade, através da informação se o *website* tem o URL facilmente memorizável, conformidade com browsers e a indexação nos motores de pesquisa; a dimensão F aborda a navegabilidade do *website*, com a recolha da informação sobre a existência de botões para navegação em todas as páginas, se está disponível um mapa do *website* e se existe um motor de pesquisa interna; e, por último, a dimensão G relata a informação sobre as facilidades para cidadãos com necessidades especiais, através da conformidade com o nível “A”, “AA” ou “AAA” e se apresenta o símbolo de acessibilidade na primeira página do *website*.

Os dados referentes aos indicadores foram obtidos com base na dicotomia, em que se a SCM apresenta o indicador em questão possui valor 1 e, caso não tenha, possui valor 0.

A Tabela 7 apresenta as dimensões, os indicadores e itens utilizados para o cálculo do Índice de Maturidade dos *websites* das SCM.

**Tabela 7.** Dimensões, indicadores e item para o cálculo do índice de maturidade dos *websites*.

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Item</b>
<b>A – Presença em Website</b>	a.1) Com <i>website</i>	Possui <i>website</i>
	a.2) Sem <i>website</i>	Não possui <i>website</i>
<b>B – Conteúdos: Informação Geral</b>	b.1) Informação Institucional	Informação publicada referente à informação institucional
	b.2) Estrutura Orgânica	Informação publicada referente à Estrutura Orgânica que compõem a SCM
	b.3) Serviços Prestados	Informação publicada referente aos Serviços Prestados (Valências Prestadas)
	b.4) Contactos	Informação publicada referente aos Contactos da SCM
	b.5) Possibilidade de selecionar conteúdos em Inglês	Possibilidade de selecionar os conteúdos do <i>website</i> na língua inglesa
	b.6) Destaque para novidades	Destaque para novidades
	b.7) FAQ (perguntas mais frequentes)	Opção de consulta das perguntas mais frequentes
<b>C – Conteúdos: Informação Financeira</b>	c.1) Mapas Previsionais	Mapas financeiros previsionais
	c.2) Mapas de Execução Orçamental	Mapas de execução orçamental
	c.3) Outras Demonstrações Financeiras	Outras demonstrações financeiras
<b>D – Atualização dos Conteúdos</b>	d.1) Data da última atualização do <i>website</i>	Informação referente à data da última atualização do <i>website</i>
	d.2) Eventos programados ou em curso	Informação referente aos eventos programados ou em curso
	d.3) Plano de Atividades	Informação referente ao plano de atividades
	d.4) Estatísticas, publicações e estudos	Informação referente às estatísticas, publicações e estudos
<b>E – Acessibilidade</b>	e.1) Se o <i>website</i> tem URL facilmente memorizável	Informação referente à facilidade de memorização do URL
	e.2) Conformidade com <i>browsers</i>	Informação referente à conformidade com <i>browsers</i>
	e.3) Indexação nos motores de pesquisa	Informação referente à indexação nos motores de pesquisa
<b>F – Navegabilidade</b>	f.1) Existem botões para navegação em todas as páginas	Informação referente à existência de botões para navegação em todas as páginas
	f.2) Está disponível um mapa do <i>website</i>	Mapa do <i>website</i> disponível
	f.3) Existe um motor de pesquisa interno	Motor de pesquisa interna no <i>website</i> da SCM
<b>G – Facilidades para cidadãos com necessidades especiais</b>	g.1) Conformidade com o nível "A", "AA" ou "AAA"	Conformidade com o nível "A", "AA" ou "AAA"
	g.2) Símbolo de acessibilidade na primeira página?	Símbolo de acessibilidade na primeira página

Fonte: Elaboração própria.

### 2.4.3. Descrição da Construção do Índice de Maturidade dos *Websites*

Relativamente à construção do Índice de Maturidade dos *websites*, este baseou-se nas dimensões e indicadores abordados anteriormente, onde a cada dimensão é atribuído igual peso (16,67%), variando este apenas em função do número de dimensões envolvidas no Índice de Maturidade dos *websites*.

Assim sendo, o peso atribuído a cada dimensão foi calculado da seguinte forma:

$$PesoDim_i = \frac{100}{N}$$

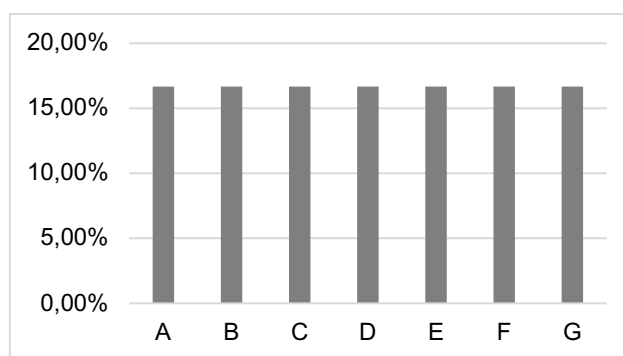
**Equação 1.** Cálculo dos pesos das dimensões.

Fonte: Ferreira *et al.* (2016).

**Onde:**

- $PesoDim_i$  – Peso a atribuir à dimensão  $i$ .
- $N$  – Número de dimensões consideradas no índice.

Em seguida, é apresentado graficamente o peso das seis dimensões tratadas no presente estudo.



**Gráfico 3.** Pesos das dimensões.

Fonte: Elaboração própria, com base em Ferreira *et al.* (2017).

Com base no gráfico apresentado anteriormente, verifica-se o peso de cada dimensão no âmbito do cálculo do IM, sendo que cada dimensão apresenta 16,67%, o que significa que, no âmbito do presente estudo, todos os indicadores possuem a mesma importância para o cálculo do IM.

A Tabela 8 apresenta as dimensões e respetivos indicadores utilizados para o cálculo do Índice de Maturidade dos *websites* das SCM, bem como o peso de cada indicador na dimensão referente.

**Tabela 8.** Pesos por dimensão e indicador do índice de maturidade dos *websites*.

<b>Indicadores do Índice de Maturidade dos <i>websites</i></b>	<b>Peso das Dimensões e Indicadores</b>
<b>A – Presença em <i>Website</i></b>	<b>n/a</b>
A.1. Com <i>website</i> ativo	0,00%
A.2. Sem <i>website</i> ativo	0,00%
<b>B – Conteúdos: Informação Geral</b>	<b>16,67%</b>
B.1. Informação Institucional	14,3%
B.2. Estrutura Orgânica	14,3%
B.3. Serviços Prestados	14,3%
B.4. Contactos	14,3%
B.5. Possibilidade de selecionar conteúdos em inglês	14,3%
B.6. Destaque para novidades	14,3%
B.7. FAQ (perguntas mais frequentes)	14,3%
	<b>100%</b>
<b>C – Conteúdos: Informação Financeira</b>	<b>16,67%</b>
C.1. Mapas Previsionais	33,33%
C.2. Mapas de Execução Orçamental	33,33%
C.3. Outras Demonstrações Financeiras	33,33%
	<b>100%</b>
<b>D – Atualização dos Conteúdos</b>	<b>16,67%</b>
D.1. Data da última atualização do <i>website</i>	25,00%
D.2. Eventos programados ou em curso	25,00%
D.3. Plano de Atividades	25,00%
D.4. Estatísticas, publicações e estudos	25,00%
	<b>100%</b>
<b>E – Acessibilidade</b>	<b>16,67%</b>
E.1. <i>Website</i> tem URL facilmente memorizável	33,33%
E.2. Conformidade com browsers	33,33%
E.3. Indexação nos motores de pesquisa	33,33%
	<b>100%</b>
<b>F – Navegabilidade</b>	<b>16,67%</b>
F.1. Existem botões para navegação em todas as páginas	25,00%
F.2. Está disponível um mapa do site	25,00%
F.3. Existe um motor de pesquisa interna	25,00%
F.4. Os diferentes conteúdos estão bem identificados	25,00%
	<b>100%</b>
<b>G – Facilidades para cidadãos com necessidades especiais</b>	<b>16,67%</b>
G.1. Conformidade com o nível “A”, “AA” ou “AAA”	50,00%
G.2. Símbolo de acessibilidade na primeira página?	50,00%
	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

No âmbito de cada dimensão apresentada no presente estudo, a cada um dos indicadores é de igual forma atribuído igual peso. O peso de cada indicador é, portanto, calculado através da fórmula que seguidamente se apresenta.

$$PesoInd_i = \frac{100}{T_i}$$

**Equação 2.** Cálculo do peso dos indicadores.

Fonte: Ferreira *et al.* (2016).

**Onde:**

- $PesoInd_i$  – Peso a atribuir aos indicadores na dimensão i.
- $T_i$  – Número de indicadores considerados na dimensão i.

Após o cálculo do peso de cada indicador, o valor máximo que cada dimensão pode aferir é no máximo 1 (um), no qual é calculado através da fórmula seguinte.

$$ValorDim_{ij} = \sum PesoInd_i \times CA_{ij}$$

**Equação 3.** Cálculo dos valores de cada dimensão.

Fonte: Ferreira *et al.* (2016).

**Onde:**

- $ValorDim_{ij}$  – Valor obtido para a dimensão i da SCM j.
- $PesoInd_i$  – Peso a atribuir aos indicadores na dimensão i.
- $CA_{ij}$  – Classificação de cumprimento atribuída a cada indicador da dimensão estabelecida.

Assim sendo, numa fase final e, para o cálculo do valor do IM, foi com base na seguinte fórmula que foi possível a obtenção desse mesmo valor.

$$IM_{ij} = \sum_{i=1}^6 \text{PesoDim}_i \times \text{ValorDim}_{ij}$$

**Equação 4.** Cálculo do valor do IM.

Fonte: Ferreira *et al.* (2016).

**Onde:**

- $IM_{ij}$  – Indicador de divulgação para a SCM j.
- $\text{PesoDim}_i$  – Peso a atribuir à dimensão i.
- $\text{ValorDim}_{ij}$  – Valor obtido para a dimensão i.

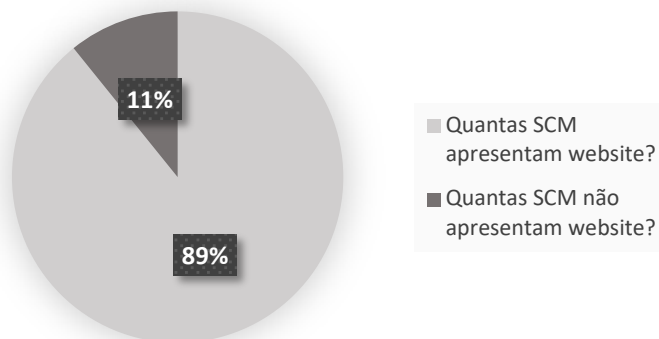
#### **2.4.4. Apresentação e Interpretação dos Resultados**

Relativamente aos resultados obtidos é possível concluir que, de um total de 74 SCM estudadas, 66 apresentam *website* institucional disponível, cumprindo com as obrigações impostas pelo Estatuto das IPSS. Por sua vez, oito SCM ainda não dispõem de um sítio eletrónico disponível na *Internet*.

O Apêndice II mostra os valores obtidos do Índice de Maturidade dos *websites*, em 2020 e os valores médios das dimensões (A a G).

O Apêndice III mostra o *ranking*, em 2020, por parte das SCM, no Índice de Maturidade (IM) dos *websites* das SCM.

No seguinte gráfico é apresentado a percentagem das SCM que apresentam e não apresentam *website*.



**Gráfico 4.** Percentagem das SCM que apresentam e não apresentam *website*.

Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, na tabela que a seguir é exposta, elucida-se o peso relativo de SCM com *website* e sem *website*, em percentagem e valores absolutos, por concelho.

**Tabela 9.** Peso relativo de SCM com *website* e sem *website*.

Concelho	SCM		Com <i>website</i>		Sem <i>website</i>	
	N.º	Percentagem	N.º	Percentagem	N.º	Percentagem
<b>Bragança</b>	14	18,9%	11	16,7%	3	37,5%
<b>Vila Real</b>	14	18,9%	12	18,2%	2	25,0%
<b>Viana do Castelo</b>	10	13,5%	10	15,2%	0	0,0%
<b>Porto</b>	21	28,4%	19	28,8%	2	25,0%
<b>Braga</b>	15	20,3%	14	21,2%	1	12,5%
<b>Total</b>	74	100%	66	100%	8	100%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a tabela anterior, é possível constatar que o concelho com uma maior representatividade de SCM é o Porto, com um total de SCM, correspondendo a 28,4% do total dos concelhos em estudo. Destas, 19 (peso relativo de 28,8%) apresentam *website* ativo, enquanto que 2 (peso relativo de 25%) não apresentam. Seguidamente surge o concelho de Braga, com um total de 15 (20,3%) SCM, apresentando 14 SCM *website* disponível (peso relativo de 21,2%) e 1 (peso relativo de 12,5%) sem *website* disponível. Após Braga, surgem os concelhos de Bragança e Vila Real, ambos com o mesmo número de SCM, de 14. Deste número de instituições, em Bragança 11 SCM (16,7%) e em Vila Real 12 SCM (18,2%), apresentam *website* ativo. Por sua vez, o concelho de Vila Real apresenta 2 (peso

relativo de 25%) e o concelho de Bragança 3 (37,5%), SCM sem *website* disponível. Por fim e, com um menor peso relativo ao total do universo estudado, é o concelho de Viana do Castelo, com um total de 10 SCM (15,2%) com *website* ativo, sendo o único concelho com tais características.

Na tabela seguinte está demonstrado o nível de maturidade dos *websites* das SCM com *website* disponível, o resultado valorizado e o respetivo *ranking* (Apêndice III).

**Tabela 10.** SCM do norte de Portugal com melhor *ranking*.

ID	SCM – NORTE	IM	Ranking
43	Misericórdia de Amarante	0,12	1
38	Misericórdia de Vila Nova de Cerveira	0,11	2
69	Misericórdia de Póvoa de Lanhoso	0,11	2

Fonte: Elaboração própria.

Com base na tabela anterior, é possível verificar que as SCM de Amarante, Vila Nova de Cerveira e Póvoa de Lanhoso, são as que apresentam melhor nível de maturidade, numa escala de 0 a 1, dos *websites* entre as SCM da região Norte. A SCM de Amarante posiciona-se em primeiro lugar, com um total de 0,12 pontos; em segundo lugar, surge a SCM de Vila Nova de Cerveira e Póvoa de Lanhoso, totalizado 0,11 pontos.

Na Tabela 11 surgem as SCM com pior *ranking* no âmbito do presente estudo.

**Tabela 11.** SCM do norte de Portugal com pior *ranking*.

ID	SCM – NORTE	IM	Ranking
49	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	0,01	66
65	Misericórdia de Esposende	0,01	66
15	Misericórdia de Alijó	0,00	74

Fonte: Elaboração própria.

Do lado contrário, nas posições inferiores surgem as SCM de Nossa Senhora do Rosário de Unhão e de Esposende com 0,01 pontos (66ª posição no *ranking*) e na 74ª e última posição do *ranking* surge a SCM de Alijó, com 0,00 pontos.

Os presentes resultados indiciam que a maioria das SCM possui *website* disponível, no entanto, a nível de maturidade, os seus *websites* não cumprem com os requisitos mínimos de maturidade, o que significa que terão de desenvolver mais e melhores valências para evoluir os *websites*.

Relativamente às dimensões do Índice de Maturidade dos *websites*, é possível verificar através da seguinte tabela os correspondentes valores médios apurados do IM por dimensão.

**Tabela 12.** Médias obtidas nas dimensões do índice de maturidade.

<b>DIMENSÃO</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>
<b>MÉDIA</b>	0,08	0,09	0,05	0,09	0,10	0,07	0,00

Fonte: Elaboração própria.

Assim sendo, de acordo com a tabela anterior, a dimensão de peso mais elevado é a dimensão E (0,10), que trata a questão a Acessibilidade do *website*. Em seguida, surgem as dimensões B e D (0,09), ou seja, as dimensões que abordam a questão da Informação Geral dos Conteúdos e a Atualização dos Conteúdos, respetivamente. Em seguida, surge a dimensão A (0,08), que verifica a disponibilidade de *website* disponível; por fim, surge a dimensão F (0,07), que averigua a Acessibilidade do *website* e, sem qualquer pontuação, surge a dimensão G (0,00), que trata a questão das Facilidades para cidadãos com necessidades especiais.

## **2.5. Estudo 2 – Índice de Transparência das SCM – Norte**

### **2.5.1. Objetivo**

De acordo com Transparência e Integridade (2017, p.13), um índice de transparência “permite aferir o patamar mínimo de transparência ativa”.

Adequando a definição do índice de transparência para o caso das SCM – unidade de análise da presente dissertação –, pode-se referir que a criação de um índice de transparência das SCM tem por objetivo medir a capacidade e o tipo de informação que é disponibilizada por estas organizações num dos meios de comunicação com maior difusão nos tempos atuais – os *websites*.

### **2.5.2. Metodologia e Recolha dos dados**

Para a concretização do presente estudo teve-se por base a metodologia adotada para a definição do Índice de Transparência Municipal, realizado pela Associação Cívica “Transparência e Integridade” (2017), com as devidas adaptações à realidade das SCM, pelas especificidades destas.

De igual modo como no Estudo 1, o presente estudo é caracterizado como um estudo analítico, sendo o método de abordagem o indutivo, visto que é equivalentemente possível concluir acerca das relações quantitativas existentes entre a observação dos factos e fenómenos, com tendência a uma conclusão generalizada (Aragão & Neta, 2017).

No que alude ao processo de investigação, e conforme mencionado no ponto 2.2., pode-se classificar como um estudo quantitativo – perspectiva centrada na análise de factos possíveis de observação e avaliação (Coutinho, 2014) e qualitativo, por ser pretendido obter as noções de compreensão, significado e ação (Coutinho, 2014), avaliando, portanto, o fenómeno estudado e identificando as diferentes conclusões no que concerne ao estado do nível de transparência dos *websites* das 74 SCM do Norte de Portugal.

Seguidamente serão apresentadas as dimensões e indicadores utilizados de forma a ser possível a definição do valor do Índice de Transparência das SCM do Norte de Portugal, bem como o seu objetivo. Saliencia-se que, para a definição do Índice de Transparência das SCM, teve-se por base a metodologia usada para a determinação do Índice de Transparência Municipal, criado pela Transparência e Integridade, Associação Cívica, com as devidas adaptações à unidade de análise da presente dissertação, conforme já referido,

No âmbito das dimensões adotadas, o Índice de Transparência das SCM é composto por cinco dimensões: a dimensão A, aborda a informação sobre as SCM, Composição Social e Funcionamento; a dimensão B trata a questão dos Planos e Relatórios; a dimensão C expõe a temática dos Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos; a dimensão D transpõe a Relação com a Sociedade; e por último, a dimensão E revela a Transparência Económico-Financeira.

Os dados com vista ao cálculo do Índice de Transparência dos *websites* das SCM foram recolhidos através de consulta aos *websites* das 74 SCM em estudo, através de consulta direta nos *websites* das SCM analisadas. A consulta dos dados realizou-se entre os dias 17 de março a 14 de abril de 2020.

Os dados referentes aos indicadores foram obtidos através da dicotomia, em que se a SCM apresenta o indicador em questão possui valor 1 e, caso não tenha, possui valor 0.

A Tabela 13 apresenta as dimensões, os indicadores e itens utilizados para o cálculo do Índice de Transparência das SCM.

**Tabela 13.** Dimensões, indicadores e item para o cálculo do índice de transparência das SCM (continua)

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Item</b>
<b>A – Informação sobre a SCM, Composição Social e Funcionamento</b>	a.1) Publicação dos serviços / valências prestadas	Informação referente à publicação dos serviços (valências) prestados
	a.1.1) Creche e pré-escolar	Informação publicada referente à valência de creche e pré-escolar
	a.1.2) Lar	Informação referente à valência de lar
	a.1.3) Centro de dia	Informação referente à valência de centro de dia
	a.1.4) Serviço de Apoio Domiciliário	Informação referente à valência de serviço de apoio domiciliário
	a.2) Informação sobre os cargos eleitos da SCM	
	a.2.1) Publicação de informação sobre a distribuição de pelouros pelos membros da SCM	Informação referente à distribuição de pelouros pelos membros que compõem a SCM
	a.2.2) Publicação dos endereços eletrónicos gerais	Informação referente aos endereços eletrónicos gerais
	a.3) Informação sobre o pessoal da SCM	
	a.3.1) Publicação de um relatório do balanço social anual	Informação sobre o relatório do balanço social anual
	a.3.2) Publicação dos Estatutos da SCM	Informação referente aos estatutos da SCM;
	a.3.3) Publicação do Regulamento Eleitoral	Informação referente ao seu regulamento eleitoral
	a.4) Informação sobre a organização e funcionamento da SCM	
	a.4.1) Publicação da Informação Geral sobre a Estrutura Orgânica	Informação referente à informação geral sobre a estrutura orgânica
	a.4.2) Publicação do Código de Ética (ou de Conduta)	Informação referente ao código de ética ou conduta da SCM
	a.4.3) Publicação do Código de Conduta dos Fornecedores	Informação referente ao código de conduta dos fornecedores
	a.4.4) Publicação da Política de Privacidade (Proteção de dados)	Informação referente à política de privacidade (proteção de dados)
	a.4.5) Publicação do Calendário das Reuniões dos Órgãos	Informação referente ao calendário das reuniões dos órgãos
	a.4.6) Publicação das Atas das Reuniões dos Órgãos	Informação referente às atas das reuniões dos órgãos
	a.4.7) Publicação dos Endereços Eletrónicos Gerais dos diferentes Órgãos	Informação referente aos endereços eletrónicos gerais dos diferentes órgãos
<b>B – Planos e Relatórios</b>	b.1) Publicação do Relatório de Atividades	Informação publicada do relatório de atividades
	b.2) Publicação do Relatório de Sustentabilidade	Informação publicada do relatório de sustentabilidade
<b>C – Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos (continua)</b>	c.1) Publicação dos Regulamentos e suas Atualizações	Informação publicada dos regulamentos e suas atualizações
	c.2) Publicação de Informação sobre a Política / Sistema de Gestão da Qualidade dos Serviços	Informação publicada sobre a política/sistema de gestão da qualidade dos serviços prestados
	c.3) Publicação de Lista sobre o Património	Informação publicada sobre a lista do património
	c.4) Publicação do Boletim Informativo	Informação publicada sobre o boletim informativo

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 13.** Dimensões, indicadores e item para o cálculo do índice de transparência das SCM (continuação).

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Item</b>
<b>D – Relação com a Sociedade</b>	d.1) Motor de busca no <i>website</i> da SCM	Serviço de procura no <i>website</i> da SCM
	d.2) <i>Link(s)</i> para redes sociais com atividade	Serviço de interligação do <i>website</i> com redes sociais da SCM
	d.3) Serviço de pedidos de informação que possibilite ao cidadão acompanhar o procedimento administrativo <i>online</i>	Serviço de pedidos de informação que possibilite ao cidadão o acompanhamento do procedimento administrativo <i>online</i>
	d.4) Provedor da SCM: Publicação do estatuto e contacto	Informação sobre o estatuto e contacto do provedor
	d.5) Publicação dos Horários de Funcionamento da SCM, dos seus Serviços e Equipamentos	Publicação de horários de funcionamento da SCM, dos seus serviços e equipamentos
	d.4) Publicação do <i>link</i> do Livro de Reclamações <i>Online</i>	Existência no <i>website</i> da SCM do livro de reclamações <i>online</i> .
<b>D – Transparência Económico-Financeira</b>	e.1) Documentos Previsionais	
	e.1.1) Publicação do Orçamento	Publicação do orçamento
	e.2) Documentos de Prestação de Contas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro.	
	e.2.1) Balanço	Publicação do balanço
	e.2.2) Demonstração de Resultados por Naturezas	Publicação da demonstração de resultados por natureza
	e.2.3) Relatório de Gestão	Publicação do relatório de gestão
	e.2.4) Demonstração de Fluxos de Caixa	Publicação da demonstração de fluxos de caixa
	e.2.5) Demonstração de Resultados por Funções	Publicação da demonstração de resultados por funções
	e.2.6) Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	Publicação da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais
	e.2.7) Anexo	Publicação do anexo
	e.2.8) Pagamentos e Recebimentos	Publicação dos pagamentos e recebimentos
	e.2.9) Património Fixo e Direitos	Publicação do património fixo e direitos
	e.2.10) Compromissos Futuros	Publicação dos compromissos futuros
	e.2.11) Mapa de Subsídios	Publicação do mapa de subsídios
	e.2.12) Balancete de Encerramento	Publicação do balancete de encerramento
	e.2.13) Ata de Aprovação de Contas	Publicação da ata de aprovação de contas
	e.2.14) Parecer do Conselho Fiscal	Publicação do parecer do conselho fiscal
e.2.15) Declaração de Responsabilidade	Publicação da declaração de responsabilidade	
e.2.16) Certificação Legal das Contas	Publicação da certificação legal das contas	

Fonte: Elaboração própria.

A tabela seguinte alude às dimensões e referentes indicadores utilizados no âmbito do cálculo do Índice de Transparência das SCM, bem como a diferenciação entre indicadores determinantes (DET) e indicadores importantes (IMP) e o peso (coeficiente de ponderação) atribuído a cada dimensão.

**Tabela 14.** Indicadores e dimensões do índice de transparência das SCM (continua).

	Pesos	Categoria de Importância
<b>Dimensão A – Informação sobre a SCM, Composição Social e Funcionamento</b>	<b>21%</b>	
<b>a.1) Publicação dos serviços / valências prestados (4 indicadores)</b>		
<b>a.2) Informação sobre os cargos eleitos da SCM (2 indicadores)</b>		
<b>a.3) Informação sobre o pessoal da SCM (3 indicadores)</b>		
<b>a.4) Informação sobre a organização e funcionamento da SCM (7 indicadores)</b>		
<b>a.1) Publicação dos serviços / valências prestadas</b>		
a.1.1) Creche e pré-escolar		DET
a.1.2) Lar		DET
a.1.3) Centro de dia		DET
a.1.4) Serviço de Apoio Domiciliário		DET
<b>a.2) Informação sobre os cargos eleitos da SCM</b>		
a.2.1) Publicação de informação sobre a distribuição de pelouros pelos membros da SCM		IMP
a.2.2) Publicação dos endereços eletrónicos gerais da SCM		IMP
<b>a.3) Informação sobre o pessoal da SCM</b>		
a.3.1) Publicação de um relatório do balanço social anual da SCM		IMP
a.3.2) Publicação dos Estatutos da SCM		DET
a.3.3) Publicação do Regulamento Eleitoral		IMP
<b>a.4) Informação sobre a organização e funcionamento da SCM</b>		
a.4.1) Publicação da Informação geral sobre a estrutura orgânica		IMP
a.4.2) Publicação do Código de Ética (ou de Conduta) da SCM		IMP
a.4.3) Publicação do Código de Conduta dos Fornecedores		IMP
a.4.4) Publicação da Política de Privacidade (Proteção de dados)		IMP
a.4.5) Publicação do calendário das reuniões dos órgãos da SCM		IMP
a.4.6) Publicação das atas das reuniões dos órgãos da SCM		IMP
a.4.7) Publicação dos endereços eletrónicos gerais dos diferentes órgãos		IMP
<b>DIMENSÃO B – PLANOS E RELATÓRIOS (2 indicadores)</b>	<b>3%</b>	
b.1) Publicação do Relatório de Atividades da SCM		IMP
b.2) Publicação do Relatório de Sustentabilidade da SCM		IMP
<b>DIMENSÃO C – Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e REGULAMENTOS (4 indicadores)</b>	<b>17%</b>	
c.1) Publicação dos regulamentos e suas atualizações		IMP
c.2) Publicação de informação sobre a política/sistema de gestão da qualidade dos serviços		IMP
c.3) Publicação de lista sobre o património		DET
c.4) Publicação do Boletim Informativo		DET

Fonte: Elaboração própria.

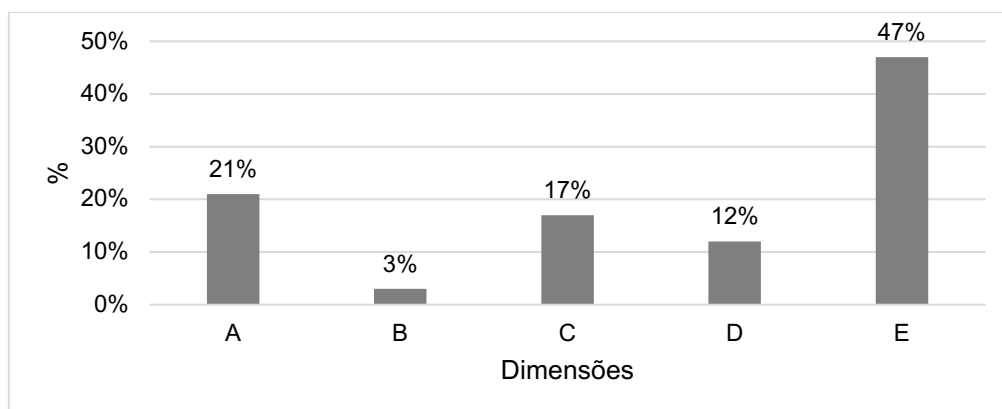
**Tabela 14.** Indicadores e dimensões do índice de transparência das SCM (continuação).

	Pesos	Categoria de Importância
<b>DIMENSÃO D – RELAÇÃO COM A SOCIEDADE (6 INDICADORES)</b>	<b>12%</b>	
d.1) Motor de busca no <i>website</i> da SCM		IMP
d.2) <i>Link(s)</i> para redes sociais com atividade		IMP
d.3) Serviço de pedidos de informação que possibilite ao cidadão acompanhar o procedimento administrativo <i>online</i>		IMP
d.4) Provedor da SCM: Publicação do estatuto e contacto		IMP
d.5) Publicação dos horários de funcionamento da SCM, dos seus serviços e equipamentos		DET
d.6) Publicação do <i>link</i> do Livro de Reclamações <i>online</i>		DET
<b>DIMENSÃO E – TRANSPARÊNCIA ECONÓMICO FINANCEIRA</b>	<b>47%</b>	
e.1) Documentos previsionais (1 indicador)		
e.2) Documentos de prestação de contas (16 indicadores)		
<b>e.1) Documentos previsionais (1 indicador)</b>		
e.1.1) Publicação Orçamento da SCM		IMP
<b>e.2) Documentos de prestação de contas, de acordo com Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro (16 indicadores)</b>		
e.2.1) Balanço		DET
e.2.2) Demonstração de Resultados por Naturezas		DET
e.2.3) Relatório de Gestão		DET
e.2.4) Demonstração de Fluxos de Caixa		DET
e.2.5) Demonstração de Resultados por Funções		DET
e.2.6) Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais		DET
e.2.7) Anexo		DET
e.2.8) Pagamentos e Recebimentos		DET
e.2.9) Património Fixo e Direitos		DET
e.2.10) Compromissos Futuros		DET
e.2.11) Mapa de Subsídios		DET
e.2.12) Balancete de Encerramento		DET
e.2.13) Ata de Aprovação de Contas		DET
e.2.14) Parecer do Conselho Fiscal		DET
e.2.15) Declaração de Responsabilidade		DET
e.2.16) Certificação Legal das Contas		DET

Fonte: Elaboração própria.

Atentos à tabela anterior é possível observar que a Dimensão A possui um peso de 21%; a Dimensão B possui um peso de 3%; a Dimensão C possui um peso de 17%; a Dimensão D possui um peso de 12%; e, por fim, a Dimensão E, possui um peso de 47%.

Os referidos pesos das dimensões (A a E) definidos para o Índice de Transparência das SCM estão ilustrados no seguinte gráfico:



**Gráfico 5.** Pesos das dimensões do Índice de Transparência das SCM.

Fonte: Elaboração própria.

O total dos pesos a atribuir às dimensões foi determinado com base no total dos pesos atribuídos no estudo por parte de Transparência e Integridade (2017).

Foi calculado o seu coeficiente ponderado, até porque, de acordo com Transparência e Integridade (2017), nem toda a informação possui o mesmo valor e importância. Desta forma e, com base no estudo referido (2017), foi realizada uma distinção entre Indicador Importante e Indicador Determinante, à qual foram aplicadas diferentes pontuações.

Na seguinte tabela expõe-se um auxiliar com as regras de pontuação utilizadas como base para o cálculo do Índice de Transparência das SCM.

**Tabela 15.** Escala de medição do Índice de Transparência das SCM.

<b>Resultado</b>	<b>Auxiliar (regras de pontuação)</b>		<b>Score</b>	<b>Indicadores Determinantes</b>		<b>Indicadores Importantes</b>	
<b>Bom</b>	<b>Nível I.</b>	Toda a informação é disponibilizada.	100	=1		=1	
	<b>Nível II.</b>	Toda a informação “determinante” e mais de 50% da “importante”.	93	=1		>0.5	
	<b>Nível III.</b>	Toda a informação “determinante” e entre 25% a 50% da informação “importante”.	86	=1		>0.25	≤0.5
	<b>Nível IV.</b>	Toda a informação “determinante” e menos de 25% da informação “importante”.	79	=1			≤0.25
	<b>Nível V.</b>	Mais de 50% da informação “determinante” e mais de 50% da informação “importante”.	71	>0.5			>0.5
	<b>Nível VI.</b>	Mais de 50% da informação “determinante” e entre 25% a 50% da “importante”.	64	>0.5		>0.25	≤0.5
<b>Aceitável</b>	<b>Nível VII.</b>	Mais de 50% da informação “determinante” e menos de 25% da informação “importante”.	57	>0.5			≤0.25
	<b>Nível VIII.</b>	Entre 25% a 50% da informação “determinante” e mais de 50% da informação “importante”.	50	>0.25	≤0.5		>0.5
	<b>Nível IX.</b>	Entre 25% a 50% da informação “determinante” e 25% a 50% da informação “importante”.	43	>0.25	≤0.5	>0.25	≤0.5
	<b>Nível X.</b>	Entre 25% a 50% da informação “determinante” e menos de 25% da informação “importante”.	36	>0.25	≤0.5		≤0.25
<b>Insuficiente</b>	<b>Nível XI.</b>	Menos de 25% da informação “determinante” e mais de 50% da informação “importante”.	29		≤0.25		>0.5
	<b>Nível XII.</b>	Menos de 25% da informação “determinante” e 25% a 50% da informação “importante”.	21		≤0.25	>0.25	≤0.5
	<b>Nível XIII.</b>	Menos de 25% da informação “determinante” e 10% a 25% da informação “importante”.	14		≤0.25	>0.10	≤0.25
	<b>Nível XIV.</b>	Menos de 25% da informação “determinante”, e menos de 10% da informação “importante”.	7		≤0.25		≤0.10
	<b>Nível XV.</b>	Nenhuma informação é disponibilizada.	0		=0		=0

Fonte: Adaptado de Transparência e Integridade (2017, p.8).

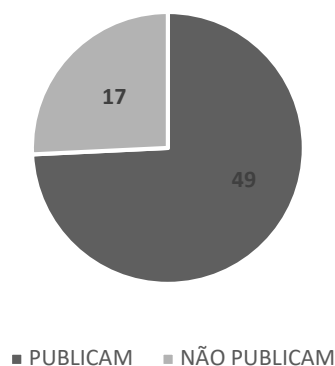
Com base no trabalho Transparência e Integridade (2017, p.8), os “indicadores e respetiva ponderação foram definidos por um painel de peritos em matéria de poder local, com uma composição suficientemente representativa de várias tendências disciplinares e profissionais e sob o escrutínio de consultores externos, seguindo as melhores práticas internacionais”.

De acordo com a tabela anterior, o auxiliar das regras de pontuação é constituído por três tipos de resultado – Bom, Aceitável e Insuficiente. A pontuação está compreendida entre os valores 0 a 100, em termos absolutos, com os devidos coeficientes de ponderação, nos casos em que difere o tipo de indicadores – Determinantes e Importantes.

A escala apresentada permite avaliar o desempenho das SCM em cada dimensão de transparência. De forma a obter uma noção do nível de transparência por um todo, é necessário agregar todos os valores score obtidos nas dimensões adotadas. Para integrar este conceito de importância, foram adotados pesos (coeficientes de ponderação) diferentes para cada dimensão, tendo em conta os níveis de referência (Bom e Aceitável) estabelecidos na Tabela 15.

### 2.5.3. Apresentação e Discussão dos dados

No gráfico seguinte é apresentado em percentagem o número de SCM que apresentam *website* e publicam ou não publicam contas e cariz obrigatório, ao abrigo da Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro.



**Gráfico 6.** Número de SCM que apresentam *website* e não publicam contas.

Fonte: Elaboração própria.

Através da visualização do gráfico anterior, verifica-se que, das 66 SCM que apresentam um sítio institucional eletrónico disponível, 17 (25,8%) não publicam as suas contas de acordo com o Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro. As restantes 49 SCM, que corresponde a (74,2%) do total de SCM, possuem o seu *website* disponível e publicam as suas contas de acordo com a lei imposta pelo seu Estatuto.

Os Apêndices V e VI apresentam os *rankings* das SCM para os anos de 2017 e 2018, respetivamente.

A Tabela 16 mostra o TOP 10 do Índice de Transparência das SCM no ano de 2017. Toda a informação relativamente ao melhor e pior *ranking* da totalidade das SCM estudadas encontra-se no Apêndice V.

**Tabela 16.** TOP 10 índice de transparência das SCM – ano 2017 – Melhor *ranking*.

<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA</b>	<b>IT SCM</b>	<b>RANKING</b>
5	Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	48,43	1
30	Misericórdia de Caminha	40,00	2
16	Misericórdia de Boticas	39,71	3
13	Misericórdia de Vimioso	39,07	4
35	Misericórdia de Ponte de Lima	38,93	5
37	Misericórdia de Viana do Castelo	38,07	6
23	Misericórdia de Ribeira de Pena	37,21	7
33	Misericórdia de Paredes de Coura	36,57	8
43	Misericórdia de Amarante	35,71	9
19	Misericórdia de Mesão Frio	33,71	10

Fonte: Elaboração própria.

No ano de 2017, no âmbito da amostra estudada, é possível constatar através da tabela seguinte que a SCM que melhor se situa no referente ao Índice de Transparência SCM é a Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta, localizada no distrito de Bragança, com um valor de 48,43 pontos. Após a Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta, com 48,43 pontos, posiciona-se a Misericórdia de Caminha, com 40,00 ponto e, em terceiro lugar, posiciona-se a Misericórdia de Boticas (39,71 pontos). Na nona posição está a Misericórdia de Amarante, com 35,71 pontos e, por fim, no décimo e último lugar, a Misericórdia de Mesão Frio, com 33,71 pontos.

Na tabela seguinte apresenta-se o TOP 10 do Índice de Transparência das SCM para o ano de 2018.

**Tabela 17.** TOP 10 do Índice de Transparência das SCM – ano 2018 – melhor *ranking*.

<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA</b>	<b>IT SCM</b>	<b>RANKING</b>
30	Misericórdia de Caminha	50,07	1
12	Misericórdia de Vila Flor	49,79	2
25	Misericórdia de Valpaços	48,79	3
60	Misericórdia de Amares	41,71	4
53	Misericórdia de Santo Tirso	41,50	5
29	Misericórdia de Arcos de Valdevez	41,29	6
1	Misericórdia de Alfândega da Fé	41,14	7
13	Misericórdia de Vimioso	39,07	8
16	Misericórdia de Boticas	39,07	8
37	Misericórdia de Viana do Castelo	38,07	10

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao ano de 2018, a Misericórdia que se destaca no Índice de Transparência é a de Caminha, totalizando 50,07 pontos, o que leva a concluir que é a Misericórdia com a maior transparência de conteúdos no seu *website*, no âmbito do presente estudo que aborda o Norte de Portugal Continental. Em segundo lugar, posiciona-se a Misericórdia de Vila Flor, somando 49,79 pontos. Em terceiro lugar, aparece a Misericórdia de Valpaços, somando 48,79 ponto. Na oitava posição, surgem as Misericórdias de Vimioso e Boticas com pontuação igual de 39,07. Em décimo e último lugar, aparece a Misericórdia de Viana do Castelo totalizando 38,07 pontos.

Na próxima tabela, referenciam-se quais as 10 SCM com o pior *ranking* no ano de 2017.

**Tabela 18.** SCM com pior *ranking* no Índice de Transparência das SCM – ano 2017.

<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA DO NORTE</b>	<b>IT SCM</b>	<b>RANKING</b>
73	Misericórdia de Vila Verde	16,29	56
9	Misericórdia de Mogadouro	16,07	57
34	Misericórdia de Ponte da Barca	13,71	58
58	Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	13,57	59
18	Misericórdia de Chaves	10,86	60
21	Misericórdia de Montalegre	10,71	61
63	Misericórdia de Cabeceiras - S. Miguel de Refojos	9,21	62
44	Misericórdia de Baião	9,00	63
71	Misericórdia de Vieira do Minho	5,79	64
15	Misericórdia de Alijó	0,64	65
2	Misericórdia de Algosó	0,00	66
7	Misericórdia de Miranda do Douro	0,00	66
14	Misericórdia de Vinhais	0,00	66
20	Misericórdia de Mondim de Basto	0,00	66
22	Misericórdia de Murça	0,00	66
48	Misericórdia de Marco de Canaveses	0,00	66
49	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	0,00	66
65	Misericórdia de Esposende	0,00	66
68	Misericórdia de Guimarães	0,00	66

Fonte: Elaboração própria.

No ano de 2017, as SCM com pior *ranking* foram as Misericórdias de Vila Verde, com 16,29 pontos e na posição 56<sup>a</sup> do *ranking*, de Mogadouro, com 16,07 pontos e na posição 57<sup>a</sup>, de Ponte da Barca, com 13,71 pontos e na posição 58<sup>a</sup>, de Bom Jesus de Matosinhos, com 13,57 pontos e na posição 59<sup>a</sup>, de Chaves, com 10,86 pontos e na 60<sup>a</sup> posição, de Montalegre, com 10,71 pontos e na posição 61<sup>a</sup>, de Cabeceiras – S. Miguel de Refojos, apenas com 9,21 pontos e na 62<sup>a</sup> posição, de Baião, com 9,00 pontos e na posição 63<sup>a</sup>, de Vieira do Minho, com 5,79 pontos e na posição 64<sup>a</sup> e de Alijó, com 0,64 pontos e na posição 65<sup>a</sup>. Por fim, e no último lugar, com 0,00 (zero) pontos e na posição 66<sup>a</sup>, surgem várias Misericórdias (não possuem *website* ou possuem e não apresentam qualquer informação), entre as quais se destacam: Algosó, Miranda do Douro, Vinhais, Mondim de Basto, Murça, Marco de Canaveses, Nossa Senhora do Rosário de Unhão, Esposende e Guimarães.

A informação relativa ao melhor e pior *ranking* da totalidade das SCM do ano de 2018 encontra-se disponível no Apêndice VI.

Em relação ao ano de 2018, as SCM com pior *ranking* com referência ao Índice de Transparência estão expostas na seguinte tabela:

**Tabela 19.** SCM com pior *ranking* no Índice de Transparência das SCM – ano 2018.

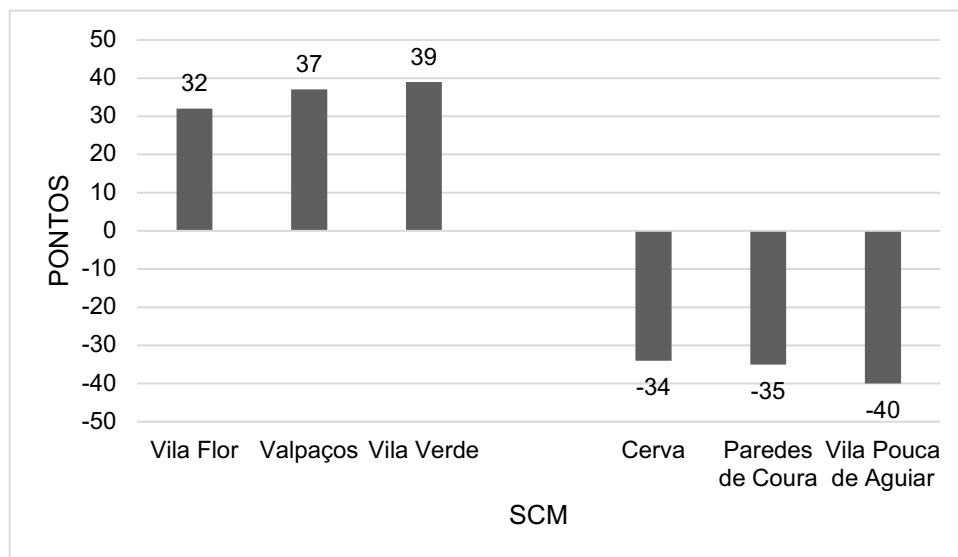
<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA DO NORTE</b>	<b>IT SCM</b>	<b>RANKING</b>
21	Misericórdia de Montalegre	14,07	56
34	Misericórdia de Ponte da Barca	13,71	57
58	Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	13,57	58
26	Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar	12,00	59
18	Misericórdia de Chaves	11,50	60
63	Misericórdia de Cabeceiras - S. Miguel de Refojos	9,21	61
44	Misericórdia de Baião	9,00	62
71	Misericórdia de Vieira do Minho	5,79	63
2	Misericórdia de Algosó	0,00	64
6	Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	0,00	64
7	Misericórdia de Miranda do Douro	0,00	64
14	Misericórdia de Vinhais	0,00	64
15	Misericórdia de Alijó	0,00	64
20	Misericórdia de Mondim de Basto	0,00	64
22	Misericórdia de Murça	0,00	64
48	Misericórdia de Marco de Canaveses	0,00	64
49	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	0,00	64
65	Misericórdia de Esposende	0,00	64
68	Misericórdia de Guimarães	0,00	64

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao ano de 2018, as SCM que assumiram o pior *ranking* foram: a Misericórdia de Montalegre, na posição 56<sup>a</sup> do *ranking* com 14,07 pontos; na posição 57<sup>a</sup>, surge a Misericórdia de Ponte da Barca, com 13,71 pontos; na posição 58<sup>a</sup>, a Misericórdia de Bom Jesus de Matosinhos, totalizando 13,57 pontos; na posição 59<sup>a</sup>, posiciona-se a Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar, com 12,00 pontos, na posição 60<sup>a</sup>, a Misericórdia de Chaves, com 11,50 pontos e na posição 61<sup>a</sup>, a Misericórdia de Cabeceiras – S. Miguel de Refojos, com 9,21 pontos; na posição 62<sup>a</sup>, surge a Misericórdia de Baião, com 9,00 pontos e na posição 63<sup>a</sup>, aparece a Misericórdia de Vieira do Minho, somando 5,79 pontos. Na posição 64<sup>a</sup>, com 0 (zero) pontos) e última do *ranking*, surgem várias Misericórdias, como sejam a Misericórdia de Algosó, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Vinhais, Alijó, Mondim de Basto, Murça, Marco de Canaveses, Nossa Senhora do Rosário de Unhão, Esposende e Guimarães.

Para ser possível uma perceção sobre a evolução do Índice de Transparência das SCM, numa abordagem temporal (2017 e 2018), o próximo gráfico demonstra essa mesma evolução, através da demonstração das três SCM que mais evoluíram e das três SCM que mais regrediram.

O Apêndice VIII mostra a diferença no *ranking* – Índice de Transparência SCM (IT SCM), entre os anos de 2017 e 2018.



**Gráfico 7.** Evolução do índice de transparência das SCM entre 2017 e 2018.

Fonte: Elaboração própria.

Através do gráfico 5, constata-se que as SCM que mais evoluíram, quando comparando os Índices de Transparência, foram a SCM de Vila Verde (+39 pontos), Valpaços (+37 pontos) e Vila Flor (+32 pontos). Por sua vez, as SCM que mais regrediram foram a SCM de Vila Pouca de Aguiar (-40 pontos), Paredes de Coura (-35 pontos) e, por fim, a SCM de Cerva (-34 pontos).

## **2.6. Estudo 3 – Determinantes do Índice de Transparência SCM**

### **2.6.1. Tratamento dos dados**

Para estudar as várias hipóteses definidas anteriormente, tratam-se os dados com o recurso à análise multivariada, recorrendo ao programa estatístico SPSS.

Para o estudo dos determinantes do Índice de Transparência das SCM, utiliza-se o modelo de regressão linear, com o objetivo de avaliar se as variáveis independentes, no seu conjunto, o explicam. Mais especificamente, aplica-se o modelo de regressão linear múltipla pelo método dos Mínimos Quadrados Generalizados (*Ordinary Least Squares*), uma vez que se considera que podem ser várias as variáveis (independentes) que explicam o Índice de Transparência das SCM.

Para Marôco (2018), a estimação do modelo de regressão linear só poderá ser efetuada se forem cumpridos alguns pressupostos. Assim, foram realizados vários testes para que essa análise fosse efetuada. Na análise da multicolinearidade utilizaram-se os VIF (*Variance Inflation Factor*). Para Marôco (2018), os valores VIF não deverão ser superiores a 10, pois viola-se o pressuposto, pelo que não se pode aplicar a regressão linear múltipla. A heterocedasticidade foi testada com o recurso ao teste *White*. A análise da autocorrelação dos erros foi efetuada com o recurso ao teste *Durbin-Watson*.

Neste contexto, criou-se um modelo de regressão linear múltipla, conforme as hipóteses definidas, considerando o Índice de Transparência das SCM como variável dependente e várias variáveis como independentes.

O modelo a testar será o seguinte:

$$IT\ SCM = \alpha + \beta_1 IM + \beta_2 UTENT + \beta_3 VAL + \beta_4 GEN + \beta_5 TEMC + \beta_6 CLC + \beta_7 TOTA + \beta_8 TOTCP + \beta_9 TOTP + \beta_{10} SUBDON$$

**Equação 5.** Modelo de regressão linear múltipla.

Fonte: Elaboração própria.

**Onde:**

- *IT SCM* – Índice de Transparência das SCM.
- *IM* – Índice de Maturidade dos Websites das SCM.
- *UTENT* – Número de utentes.
- *VAL* – Número de valências.
- *GEN* – Género da provedoria.
- *TEMC* – Tempo de constituição.
- *CLC* – Certificação legal de contas.
- *TOTA* – Total do ativo.
- *TOTCP* – Total do capital próprio.
- *TOTP* – Total do passivo.
- *SUBDON* – Valor dos subsídios e donativos.

## 2.6.2. Estatística Descritiva

Neste ponto apresenta-se uma análise das estatísticas descritivas das diferentes variáveis, dependente e independentes. Na tabela seguinte (Tabela 20) mostra-se a estatística descritiva das variáveis, considerando o mínimo, máximo, média e desvio padrão. Apresenta-se apenas a análise para o Índice de Transparência das SCM e para o Índice de Maturidade dos Websites, dado serem as variáveis principais do presente estudo.

**Tabela 20.** Estatística descritiva das variáveis.

<b>Variável</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
IT	,00	50,00	<b>23,82</b>	<b>13,76</b>
IM	,00	0,12	<b>0,08</b>	<b>,03</b>
UTENT	62,00	1 103,00	339,38	258,37
VAL	1,00	5,00	3,21	0,89
TEMC	16,00	543,00	268,97	193,67
TOTA	964 448,62	243 079 595,00	14 339 600,90	34 490 420,20
TOTCP	- 414 963,57	165 731 534,34	10 727 921,74	24 086 845,80
TOTP	49 342,55	77 348 060,20	3 611 679,12	10 875 317,57
SUBDON	68 671,47	22 067 496,00	1 987 311,87	3 227 848,80

Legenda: IT – Índice de transparência; IM – Índice de maturidade; UTENT – Número de utentes; VAL – Número de valências; TEMC – Tempo de constituição; TOTA – Total do ativo; TOTCP – Total do capital próprio; TOTP – Total do passivo; SUBDON – Valor dos subsídios e donativos.

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar, o Índice de Transparência das SCM apresenta uma média de 23,82 e um desvio padrão de 13,76, o que significa que existe alguma dispersão nos dados, relativamente a esta variável. Em relação ao Índice de Maturidade dos *Websites* das SCM, este apresenta uma média de 0,08 e um desvio padrão de 0,03, existindo também alguma dispersão.

Em relação às duas variáveis dicotómicas, GEN e CLC, apresenta-se uma análise descritiva comparativa (Tabela 21), que permitirá comparar a diferença para o Índice de Transparência das SCM, em função do género e do facto da SCM de ter ou não Certificação Legal de Contas.

**Tabela 21.** Índice de transparência das SCM por género da provedoria.

<b>Género</b>	<b>N</b>	<b>IT SCM</b>
<b>Feminino</b>	16	10.06 (Min: ,00; Max: 38,00)
<b>Masculino</b>	56	27.75 (Min: 0,00; Max: 50,00)
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>23,82</b> <b>(Min: ,00; Max: 50,00)</b>

Legenda: IT – Índice de transparência SCM.

Fonte: Elaboração própria.

A leitura dos dados apresentados na tabela anterior, parece evidenciar que o IT SCM varia em função do género do provedor da SCM, dado que a média para o género masculino é de 27,75 e para o feminino é de apenas 10,06.

**Tabela 22.** Índice de transparência das SCM em função de ter ou não Certificação Legal de Contas.

<b>CLC</b>	<b>N</b>	<b>IT SCM</b>
<b>Não</b>	35	25.91 (Min: ,00; Max: 50,00)
<b>Sim</b>	18	34,72 (Min: 16,00; Max: 50,00)
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>28,91</b> <b>(Min: 0,00; Max: 50,00)</b>

Legenda: CLC – Certificação Legal das Contas; IT – Índice de transparência SCM.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao facto das SCM terem ou não Certificação Legal de Contas (CLC), constata-se, pela análise dos dados constantes na Tabela 22, que são mais (35) as SCM que não têm CLC. De referir que parece existir alguma evidência de que as SCM que têm CLC apresentam um maior Índice de Transparência das SCM.

### 2.6.3. Apresentação dos Resultados e Discussão

Na Tabela 23 apresentam-se os resultados da estimação do modelo, pelo que se constata que apresenta um  $R^2$  de 0,694, o que significa que as variáveis independentes explicam 69,4% das variações que se verificam no Índice de Transparência das SCM.

**Tabela 23.** Resultados do modelo de regressão linear múltipla - ano de 2018.

Variável	IT SCM
IMW	0,621** (2,662)
UTENT	,074 (0,150)
VAL	0,501* (1,874)
GEN	-,081 (-0,398)
TEMC	0,135 (0,587)
CLC	0,280 (1,156)
TOTCP	-0,357 (-1,304)
TOTP	-0,367 (-1,456)
SUBDON	0,157 (0,313)
<i>F</i>	2,52***
$R^2$	0,694

\*  $p < 0,10$ , \*\*  $p < 0,05$ , \*\*\*  $p < 0,01$

Legenda: IMW – Índice de maturidade *Websites*; UTENT – Número de utentes; VAL – Número de valências; GEN – Género; TEMC – Tempo de constituição; CLC – Certificação legal das Contas; TOTCP – Total do capital próprio; TOTP – Total do passivo; SUBDON – Valor dos subsídios e donativos.

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do teste  $F = 2,52$  permitem afirmar que, considerando um nível de significância de 1%, existe evidência estatística suficiente para afirmar que os regressores apresentam valores diferentes de zero e explicam, conjuntamente e de forma satisfatória, as variações verificadas no Índice de Transparência das SCM.

Para analisar uma possível violação dos pressupostos do modelo, procedeu-se à realização de testes, apresentados de seguida (Tabela 24).

**Tabela 24.** VIF do modelo de regressão linear múltipla - ano de 2018.

<b>Variável</b>	<b>VIF</b>	<b>1/VIF</b>
IMW	1,778	0,562
UTENT	7,987	0,125
VAL	2,336	0,428
GEN	1,336	0,749
TEMC	1,734	0,577
CLC	1,924	0,520
TOTCP	2,445	0,409
TOTP	2,075	0,482
SUBDON	8,241	0,121

Legenda: IMW – Índice de maturidade *Websites*; UTENT – Número de utentes; VAL – Número de valências; GEN – Género; TEMC – Tempo de constituição; CLC – Certificação legal das Contas; TOTCP – Total do capital próprio; TOTP – Total do passivo; SUBDON – Valor dos subsídios e donativos.

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere à multicolinearidade, os resultados apresentados na Tabela 24 permitem verificar que nenhuma variável apresenta o valor de VIF superior a 10. Evidencia-se, deste modo, a não violação do pressuposto, conforme Marôco (2018). Conjuntamente os valores de 1/VIF, isto é, da tolerância, não estão próximos de zero, o que evidencia que os coeficientes da regressão são estáveis, quer na magnitude quer no sinal (Marôco, 2018).

O estudo da autocorrelação dos erros foi efetuado com o recurso ao teste *Durbin-Watson* (1,897), o que permitiu concluir que o modelo não sofre de autocorrelação dos erros.

Os resultados atestam, com um nível de significância máximo de 10%, que as variáveis IMW e VAL apresentam estatística significativa. No que se refere a UTENT (Número de utentes), TEMC (Tempo de constituição), CLC (Certificação legal de contas), TOTP (Total do passivo) e SUBDON (Valor dos subsídios e donativos) constata-se que o sinal da estimação está em conformidade com as hipóteses definidas, não apresentando, no entanto, significância estatística. As variáveis GEN (Género da

provedoria) e TOTCP (Total do capital próprio) também não apresentam significância estatística, sendo que apresentam sinal contrário à hipótese definida.

Nestes termos, a estimação do modelo permite concluir que:

- As SCM com maior índice de maturidade dos *Websites* são também as que apresentam maior índice de transparência, o que seria expectável. Assim, valida-se a **HI<sub>1</sub> – Existe uma relação positiva entre o nível de maturidade e o nível de transparência das SCM**, corroborando-se o afirmado por Ferreira *et al.* (2016), quando refere que o índice de maturidade influencia positivamente o índice de transparência;
- O número de valências (VAL) influencia positivamente o índice de transparência das SCM, pelo que se valida **HI<sub>3</sub> – Existe uma relação positiva entre o número de valências e o nível de transparência das SCM**. Este resultado permite concluir que quantas mais valências tiver a SCM, maior transparência a SCM apresenta.

## Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras

O presente estudo aborda o nível de transparência dos *websites* das SCM localizadas no Norte de Portugal e os seus determinantes.

As SCM, ao possuírem funções sociais não lucrativas, encontram-se inseridas no âmbito das Entidades do Terceiro Setor, que pelas suas especificidades estão sujeitas a certas obrigações para com a Segurança Social.

Assim sendo, o art.º 14.º-A, n.ºs 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, refere que as IPSS obedecem, portanto, ao regime da normalização contabilística aplicada às ESNL, que se traduz, por exemplo, na obrigação da publicação das suas contas, no seu *website* institucional.

Relativamente ao enquadramento teórico do presente estudo, este iniciou-se através da caracterização do Terceiro Setor, através do enquadramento das IPSS, em particular, as SCM no âmbito da legislação aplicável ao setor referido e ao sistema normativo e contabilístico que lhes está subjacente.

Em seguida foi abordada a temática da transparência, *accountability* e disponibilização de informação e, de forma a sustentar cientificamente o tema, realizou-se a revisão de literatura sobre a transparência das instituições do terceiro setor e os seus determinantes.

Metodologicamente, o estudo foi baseado nos métodos qualitativo e quantitativo, através da criação do Índice de Maturidade dos *websites*, numa primeira instância, numa segunda, através da elaboração do Índice de Transparência das SCM e, numa terceira e última, através do estudo dos determinantes do Índice de Transparências das SCM. Neste sentido, através do levantamento na *Internet* do número de instituições inscritas como SCM situadas no Norte de Portugal, verificou-se que num total de 74 SCM, 66 possuem *website* ativo e oito SCM não possuem qualquer *website* institucional disponível.

Dos resultados obtidos com a construção do Índice de Maturidade dos *Websites*, constatou-se que as SCM possuem os *websites* com um fraco nível de sofisticação, ou seja, as SCM possuem um baixo

nível de entendimento e integração das tecnologias, até porque o valor máximo na escala de 0 a 1 foi de 0,12 para a SCM de Amarante, sendo a Dimensão E – Acessibilidade, com uma maior média no âmbito das restantes dimensões, com um valor de 0,10. No seguimento da ideia anterior, constata-se que as instituições estudadas infringem a obrigatoriedade prevista no Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro.

Relativamente ao Índice de Transparência das SCM, a SCM que mais pontuou com base nos dados de 2017, foi a SCM de Freixo de Espada-à-Cinta, com um valor de 48,43 pontos e com base referência ao 2018 foi a SCM de Caminha, com uma pontuação 50,07. Relativamente às médias das dimensões, tanto no ano de 2017 como no ano de 2018, a dimensão com maior média foi a Dimensão A – Informação sobre a SCM, Composição Social e Funcionamento, com uma média na ordem de 45 pontos. Com estes indicadores, é possível constatar que, na escala de 0 a 100, as SCM com melhor pontuação ficaram à volta da metade da cotação (50,00 pontos). Comparando o *ranking* das instituições entre 2017 e 2018 foi possível constatar que a SCM de Vila Verde foi, no âmbito do estudo, a instituição que mais subiu no *ranking*, com um valor na ordem de +39,00 pontos.

Estatisticamente foi elaborada uma regressão linear, de forma a validar os determinantes de transparência definidos com os resultados obtidos nos dois primeiros estudos. Assim sendo, a partir da aplicação realizada e, com um nível de significância de 10%, conclui-se que as variáveis o Nível de Maturidade e o Número de Valências determina o nível de transparência das instituições estudadas. Ou seja, é possível afirmar que as SCM com maior índice de maturidade dos *websites* são também as que possuem um maior índice de transparência – validando-se, portanto, a  $H1_1$  – *Existe uma relação positiva entre o nível de maturidade e o nível de transparência das SCM*. Também no que concerne ao número de valências, se verificou que influencia positivamente o índice de transparência (quantas mais valências tiver a instituição, maior transparência apresenta), pelo que também foi possível validar a  $H1_3$  – *Existe uma relação positiva entre o número de valências e o nível de transparência das SCM*.

Como limitações do estudo é possível apontar que, apesar da revisão de literatura se basear em diversos estudos tanto nacionais como internacionais, a maioria não se aplica em específico à divulgação de informação financeira na *Internet*. No entanto, a principal limitação do presente estudo relaciona-se com a falta de estudos relacionados com a divulgação de informação financeira no *website* por parte das Misericórdias, resultante do tipo de organizações e das especificidades contabilísticas que as caracteriza. Aponta-se ainda como limitação as variáveis estudadas.

No que concerne às linhas de investigação futuras, seria interessante a aplicação da metodologia utilizada no presente estudo, através da criação do Índice de Maturidade dos *websites* e do Índice de Transparência para todas as instituições declaradas como Misericórdias de Portugal Continental. Outra possível investigação seria a aplicação da presente metodologia, embora para outro tipo de instituições do Terceiro Setor, tal como as fundações ou as cooperativas portuguesas, até para possibilitar a

comparação de vários tipos de instituições, inseridas no mesmo setor. Desenvolver um trabalho na construção dos indicadores pode também se constituir como uma linha de investigação futura.

## Referências

- Ahrens, H. (2018). *Accountability no Âmbito da Governança das Organizações Públicas Não Estatais: O Caso do Instituto de Matemática Pura e Aplicada*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração. Universidade de Brasília. Brasília.
- Alegria, M., Ribeiro, N., & Nogueira, S. (2016). *Impacto da Adoção do Sistema de Normalização Contabilística – Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) nas Santas Casas da Misericórdia: Estudo de Caso*. Acedido a 6 de março de 2020 em <http://www.aeca1.org/xviencuentroaeca/cd/29a.pdf>.
- Almeida, V. (2010). *Governança, Instituições e Terceiro Setor: As Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Dissertação de Doutoramento na Área Científica de Economia (Programa de Doutoramento em Governança, Conhecimento e Inovação). Universidade de Coimbra.
- Aragão, J. & Neta, M. (2017). *Metodologia Científica. Especialização em Produção de Mídias para Educação Online*. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia.
- Basri, H. & Nabiha, A.K. (2010). *Views On the Issue of Accountability in Non-Profit Organizations*. Acedido a 15 de fevereiro, em <https://www.researchgate.net/publication/314398442>.
- Behn, B., DeVries, D., & Lin, J. (2010). *The Determinants of Transparency in Nonprofit Organizations: An Exploratory Study*. *Advances in Accounting, Volume 26, Issue 1, 2010, Pages 6-12, ISSN 0882-6110*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2009.12.001>.
- Bovens, M. (2007). *Analysing and Assessing Accountability: A Conceptual Framework*. *European Law Journal*, 13 (4), pp. 447-468.
- Britto, E. (2014). *Governança e accountability no setor público: auditoria operacional como instrumento de controle das ações públicas a cargo do TCEMG*. Acedido a 1 de março de 2020, em <https://revista1.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/2421.pdf>.
- Caeiro, C. (2008). *Economia Social: Conceitos, Fundamentos e Tipologia*. *Revista Katálysis*, 11 (1), 61-72. Acedido a 17 de fevereiro de 2020, em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/06.pdf>.
- Canha, H. (2010). *A Informação Financeira nas IPSS: O Caso Particular da Demonstração dos Resultados por Valências*. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Auditoria. Universidade de Aveiro.

- Carta Social (2014). *Rede de Serviços e Equipamentos*. Gabinete de Estratégia e Planeamento. Acedido a 19 de fevereiro, em <http://www.cartasocial.pt/pdf/csocal2014.pdf>.
- Carta Social (2018). *Rede de Serviços e Equipamentos*. Gabinete de Estratégia e Planeamento. Acedido a 19 de fevereiro, em <http://www.cartasocial.pt/pdf/csocal2018.pdf>.
- Carvalho, A. (2016). *Transparência na Prestação de Contas das Fundações: Abordagem Teórica e Empírica. Tese de Doutoramento em Gestão. Especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Porto.
- Carvalho, A., Ferreira, M., & Lima, S. (2019). *Web Disclosure of Institutional Information in Nonprofit Organizations: An Approach in Portuguese Charities*. *Int Rev Public Nonprofit Mark* 17, 41–58 (2020). Disponível em <https://doi.org/10.1007/s12208-019-00235-1>.
- Chen, G., Kang, H., & Luna-Reyes, L. (2019). *Key Determinants of Online Fiscal Transparency: A Technology-Organization-Environment Framework*. *Public Performance & Management Review*. DOI: 0.1080/15309576.2018.1486213.
- Comité Económico e Social Europeu (2017). *Evolução Recente da Economia Social na União Europeia*. Acedido a 5 de fevereiro de 2020, em <https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/qe-04-17-876-pt-n.pdf>.
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2019). *Guia Prático da Economia Social*. Acedido a 21 de fevereiro, em [https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2019/09/Guia\\_Pr%C3%A1tico\\_da\\_Economia\\_Social.pdf](https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2019/09/Guia_Pr%C3%A1tico_da_Economia_Social.pdf).
- Costa, F. (2015). “Mais transparência, mais donativos?” – *A relação entre o Fundraising, a Accountability e o seu reflexo nos donativos. Trabalho Final na Modalidade de Dissertação Apresentado à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Economia Social*. Faculdade de Economia e Gestão. Universidade Católica do Porto.
- Coutinho, C. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teórica e Prática*. Edições Almedina.
- Creswell, J. (2014). *Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches. Research Design*. Acedido a 15 de maio de 2020, em [http://fe.unj.ac.id/wp-content/uploads/2019/08/Research-Design\\_Qualitative-Quantitative-and-Mixed-Methods-Approaches.pdf](http://fe.unj.ac.id/wp-content/uploads/2019/08/Research-Design_Qualitative-Quantitative-and-Mixed-Methods-Approaches.pdf).
- Ferreira, A., Marques, R., Santos, C., Azevedo, G., & Mendes, H. (2016). *Avaliação da Presença na Internet das Instituições Particulares de Solidariedade Social Portuguesas*. Acedido a 2 de fevereiro de 2020, em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/21122/1/4730-16673-1-PB.pdf>.
- Filgueiras, F. (2011). *Além da transparência: accountability e política da publicidade*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (84), 65-94.

- Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman.
- Gavino, H. (2014). *O Papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na Economia Social: O Caso do Concelho de Peniche*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Gestão das Organizações de Economia Social. Escola Superior de Gestão e Tecnologia. Instituto Politécnico de Santarém.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2014). *Guia Prático – Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Acedido a 15 de fevereiro, em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao\\_ipss](http://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss).
- Jensen, M. & Meckling, W. (1976). *Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure*. Harvard University Press.
- Jorge, F. (2020). *Fatores Determinantes da Accountability no Terceiro Setor*. Dissertação de Mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Jorge, S., Sá, P., & Lourenço, R. (2012). *Transparência Financeira nas Entidades da Administração Local em Portugal: Análise da Informação Disponibilizada nos Sítios Web*. Acedido a 23 de outubro de 2019, em [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35283/1/RPER\\_cap.5.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35283/1/RPER_cap.5.pdf).
- Lima, S. (2017). *A Divulgação Institucional nas Misericórdias Portuguesas*. Mestrado em Gestão das Organizações do Terceiro Setor. Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Instituto Politécnico do Porto.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics (7th ed.)*. Pêro Pinheiro: ReportNumber. Disponível em [www.reportnumber.pt/ae](http://www.reportnumber.pt/ae)
- Mendes, S. (2016). *Enquadramento das Entidades do Setor Não Lucrativo no atual Sistema de Normalização Contabilístico em Portugal*. Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre. Universidade de Coimbra.
- Misericórdias (2020). Acedido a 17 de fevereiro de 2020, em <https://www.ump.pt/Home/misericordias/apresentacao/>.
- Observatório da Economia Social em Portugal (2011). *A Economia Social: Conceito Proposto pelo OBESP*. Acedido a 6 de fevereiro de 2020, em [https://cases.pt/wp-content/uploads/OBESP\\_Conceito\\_de\\_Economia\\_social\\_09\\_DEZ\\_2011.pdf](https://cases.pt/wp-content/uploads/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf).
- Ornelas, T. (2018). *Transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira: Estudo Empírico*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Finanças. Universidade de Aveiro.

- Ornelas, T., Bandeira, A., & Meira, D. (2017). *Transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira: Estudo Empírico*. XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria. Universidade de Aveiro.
- Ortega-Rodríguez, C., Licerán-Gutiérrez, A., & Moreno-Albarracín, A. (2020). *Transparency as a Key Element in Accountability in Non-Profit Organizations: A Systematic Literature Review*. Acedido a 19 de junho, em <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/14/5834>.
- Pereira, L., Silva, M., & Lopes, C. (2017). *Aspetos Contabilísticos e Fiscais das Entidades do Setor Não Lucrativo*. Acedido a 7 de março, em [https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais\\_site/83.pdf](https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais_site/83.pdf).
- Quintão, C. (2011). *O Terceiro Sector e a sua Renovação em Portugal. Is Working Papers 2ª Serie, Nº 2*, Porto.
- Reis, F. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos – Guia Prático*. Acedido a 3 de março de 2020, em [http://silabo.pt/Conteudos/9565\\_PDF.pdf](http://silabo.pt/Conteudos/9565_PDF.pdf).
- Respostas Sociais (2020). Acedido a 17 de fevereiro de 2020, em <http://cnis.pt/respostas-sociais/>.
- Ruela, A. (2013). *Accountability em Instituições Particulares de Solidariedade Social: Um Estudo Exploratório. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.
- Transparência e Integridade (2017). *Índice de Transparência Municipal: Apresentação e Indicadores*. Acedido a 2 de fevereiro de 2020, em [https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2017/11/ITM\\_Apresentacao\\_e\\_Indicadores\\_2017.pdf](https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2017/11/ITM_Apresentacao_e_Indicadores_2017.pdf).
- Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (2001). *Método de Avaliação dos Web Sites dos Organismos da Administração Direta e Indireta do Estado*. Acedido a 2 de fevereiro de 2020, em <http://www3.dsi.uminho.pt/gavea/downloads/MetodoAvalRes.pdf>.
- Xue, Q. & Niu, Y. (2019). *Governance and transparency of the Chinese charity foundations*. *Asian Review of Accounting*, Vol. 27 No. 2, pp. 307-327. Disponível em <https://doi.org/10.1108/ARA-03-2018-0057>.

## **Legislação**

Lei n.º 30/2012, de 8 de maio, Diário da República, 1.ª Série – N.º 88.

Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, Diário da República n.º 221/2014, Série I. 5882- (2) - 5882-(26).

Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março, Diário da República n.º 52/1990, Série I.

Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio, Diário da República, 1.ª Série – N.º 91.

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, Diário da República, 1.ª Série – N.º 51.

**Apêndice I.** Lista das SCM e *website*, por concelho.

<b>ID</b>	<b>Concelho</b>	<b>Santas Casas da Misericórdia</b>	<b>Website</b>
1	Bragança	Misericórdia de Alfândega da Fé	<a href="http://scm-alfandegadafe.pt/">http://scm-alfandegadafe.pt/</a>
2	Bragança	Misericórdia de Algoso	-
3	Bragança	Misericórdia de Bragança	<a href="http://scm-braganca.pt">scm-braganca.pt</a>
4	Bragança	Misericórdia de Carrazeda de Ansiães	<a href="http://www.misericordiacarrazedadeansiaes.com/">http://www.misericordiacarrazedadeansiaes.com/</a>
5	Bragança	Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	<a href="http://www.scmfec.pt/">http://www.scmfec.pt/</a>
6	Bragança	Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	<a href="http://misericordiamacedo.pt/">http://misericordiamacedo.pt/</a>
7	Bragança	Misericórdia de Miranda do Douro	-
8	Bragança	Misericórdia de Mirandela	<a href="https://scmmirandela.wordpress.com/">https://scmmirandela.wordpress.com/</a>
9	Bragança	Misericórdia de Mogadouro	<a href="https://misericordiamogadouro.pt/">https://misericordiamogadouro.pt/</a>
10	Bragança	Misericórdia de Santulhão	<a href="http://www.msantulhao.pt/">http://www.msantulhao.pt/</a>
11	Bragança	Misericórdia de Torre de Moncorvo	<a href="http://santacasamoncorvo.com/">http://santacasamoncorvo.com/</a>
12	Bragança	Misericórdia de Vila Flor	<a href="http://www.misericordiavilafior.com/">http://www.misericordiavilafior.com/</a>
13	Bragança	Misericórdia de Vimioso	<a href="http://www.mvimioso.pt">www.mvimioso.pt</a>
14	Bragança	Misericórdia de Vinhais	-
15	Vila Real	Misericórdia de Alijó	<a href="http://scmisericordiadealijo.pt">scmisericordiadealijo.pt</a>
16	Vila Real	Misericórdia de Boticas	<a href="https://misericordiaboticas.pt/">https://misericordiaboticas.pt/</a>
17	Vila Real	Misericórdia de Cerva	<a href="http://www.misericordiacerva.pt">www.misericordiacerva.pt</a>
18	Vila Real	Misericórdia de Chaves	<a href="http://www.scmchaves.pt">www.scmchaves.pt</a>
19	Vila Real	Misericórdia de Mesão Frio	<a href="https://scmmfrio.wixsite.com/site">https://scmmfrio.wixsite.com/site</a>
20	Vila Real	Misericórdia de Mondim de Basto	-
21	Vila Real	Misericórdia de Montalegre	<a href="https://misericordiamontalegre.pt/">https://misericordiamontalegre.pt/</a>
22	Vila Real	Misericórdia de Murça	-
23	Vila Real	Misericórdia de Ribeira de Pena	<a href="http://www.scmrpena.pt">www.scmrpena.pt</a>
24	Vila Real	Misericórdia de Sabrosa	<a href="http://scmsabrosa.pt/">http://scmsabrosa.pt/</a>
25	Vila Real	Misericórdia de Valpaços	<a href="http://www.scmv.pt/wp/">http://www.scmv.pt/wp/</a>
26	Vila Real	Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar	<a href="http://www.scmvpa.pt/">http://www.scmvpa.pt/</a>
27	Vila Real	Misericórdia de Vila Real	<a href="https://www.scmvr.pt/">https://www.scmvr.pt/</a>
28	Vila Real	Misericórdia do Peso da Régua	<a href="https://www.scmpr.pt/">https://www.scmpr.pt/</a>
29	Viana do Castelo	Misericórdia de Arcos de Valdevez	<a href="http://www.scmav.pt/">http://www.scmav.pt/</a>
30	Viana do Castelo	Misericórdia de Caminha	<a href="https://misericordiadecaminha.pt/">https://misericordiadecaminha.pt/</a>
31	Viana do Castelo	Misericórdia de Melgaço	<a href="https://scmmelgaco.pt/">https://scmmelgaco.pt/</a>
32	Viana do Castelo	Misericórdia de Monção	<a href="https://scmm9.webnode.pt/">https://scmm9.webnode.pt/</a>
33	Viana do Castelo	Misericórdia de Paredes de Coura	<a href="http://scmparedesdecoura.pt/">http://scmparedesdecoura.pt/</a>
34	Viana do Castelo	Misericórdia de Ponte da Barca	<a href="https://scmpb.pt/">https://scmpb.pt/</a>
35	Viana do Castelo	Misericórdia de Ponte de Lima	<a href="http://www.scmplima.pt/">http://www.scmplima.pt/</a>
36	Viana do Castelo	Misericórdia de Valença	<a href="http://www.stcasavalenca.pt/">http://www.stcasavalenca.pt/</a>
37	Viana do Castelo	Misericórdia de Viana do Castelo	<a href="http://www.scmviana.pt/">http://www.scmviana.pt/</a>
38	Viana do Castelo	Misericórdia de Vila Nova de Cerveira	<a href="http://misericordiadecerveira.com/">http://misericordiadecerveira.com/</a>
39	Porto	Misericórdia da Azurara	<a href="https://www.scmazurara.pt/">https://www.scmazurara.pt/</a>
40	Porto	Misericórdia da Maia	<a href="https://www.misericordiadamaia.com/">https://www.misericordiadamaia.com/</a>
41	Porto	Misericórdia da Póvoa do Varzim	<a href="https://scmpvarzim.pt/">https://scmpvarzim.pt/</a>
42	Porto	Misericórdia da Trofa	<a href="http://misericordiatrofa.pt/">http://misericordiatrofa.pt/</a>
43	Porto	Misericórdia de Amarante	<a href="http://www.scmamarante.pt/">http://www.scmamarante.pt/</a>
44	Porto	Misericórdia de Baião	<a href="http://www.scmbaiao.com/">http://www.scmbaiao.com/</a>
45	Porto	Misericórdia de Felgueiras	<a href="http://www.misericordiadefelgueiras.com/scmf/">http://www.misericordiadefelgueiras.com/scmf/</a>
46	Porto	Misericórdia de Freamunde	<a href="http://www.scmfreamunde.com/">http://www.scmfreamunde.com/</a>
47	Porto	Misericórdia de Lousada	<a href="https://www.scmulousada.pt/">https://www.scmulousada.pt/</a>
48	Porto	Misericórdia de Marco de Canaveses	-
49	Porto	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	-

<b>ID</b>	<b>Concelho</b>	<b>Santas Casas da Misericórdia</b>	<b>Website</b>
50	Porto	Misericórdia de Paços de Ferreira	<a href="https://www.misericordia-pacosdeferreira.com/">https://www.misericordia-pacosdeferreira.com/</a>
51	Porto	Misericórdia de Paredes	<a href="http://www.scmparedes.pt/">http://www.scmparedes.pt/</a>
52	Porto	Misericórdia de Penafiel	<a href="http://www.misericordiapenafiel.pt/">http://www.misericordiapenafiel.pt/</a>
53	Porto	Misericórdia de Santo Tirso	<a href="http://www.misericordia-santotirso.org/">http://www.misericordia-santotirso.org/</a>
54	Porto	Misericórdia de Valongo	<a href="http://www.misericordiadevalongo.pt/">http://www.misericordiadevalongo.pt/</a>
55	Porto	Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	<a href="http://www.misericordia-gondomar.pt/">http://www.misericordia-gondomar.pt/</a>
56	Porto	Misericórdia de Vila do Conde	<a href="http://www.scmvc.pt/">http://www.scmvc.pt/</a>
57	Porto	Misericórdia de Vila Nova de Gaia	<a href="http://scmg.pt/">http://scmg.pt/</a>
58	Porto	Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	<a href="http://www.scmbjm.pt/">http://www.scmbjm.pt/</a>
59	Porto	Misericórdia do Porto	<a href="https://www.scmp.pt/">https://www.scmp.pt/</a>
60	Braga	Misericórdia de Amares	<a href="http://scmamares.com/">http://scmamares.com/</a>
61	Braga	Misericórdia de Barcelos	<a href="https://www.misericordiabarcelos.org/">https://www.misericordiabarcelos.org/</a>
62	Braga	Misericórdia de Braga	<a href="https://www.scmbraga.pt/">https://www.scmbraga.pt/</a>
63	Braga	Misericórdia de Cabeceiras - S. Miguel de Refojos	<a href="https://www.scmcabeceiras.pt/">https://www.scmcabeceiras.pt/</a>
64	Braga	Misericórdia de Celorico de Basto - S. Bento de Arnóia	<a href="http://scma-cbt.com/">http://scma-cbt.com/</a>
65	Braga	Misericórdia de Esposende	-
66	Braga	Misericórdia de Fafe	<a href="http://scmfafe.pt/">http://scmfafe.pt/</a>
67	Braga	Misericórdia de Fão	<a href="https://www.scmfao.pt/">https://www.scmfao.pt/</a>
68	Braga	Misericórdia de Guimarães	<a href="http://scmguimaraes.com/">http://scmguimaraes.com/</a>
69	Braga	Misericórdia de Póvoa de Lanhoso	<a href="https://www.scmpl.pt/">https://www.scmpl.pt/</a>
70	Braga	Misericórdia de Riba D'Ave	<a href="https://www.scmribadeave.pt/">https://www.scmribadeave.pt/</a>
71	Braga	Misericórdia de Vieira do Minho	<a href="http://www.scmvm.pt/">http://www.scmvm.pt/</a>
72	Braga	Misericórdia de Vila Nova de Famalicão	<a href="http://www.scmfamalicao.pt/">http://www.scmfamalicao.pt/</a>
73	Braga	Misericórdia de Vila Verde	<a href="http://www.misericordia-vilaverde.com/scmvv/Provedoria-Homepage.aspx">http://www.misericordia-vilaverde.com/scmvv/Provedoria-Homepage.aspx</a>
74	Braga	Misericórdia de Vizela	<a href="https://www.scmvizela.pt/">https://www.scmvizela.pt/</a>

**Apêndice II.** Valores do índice de maturidade (IM) dos *websites* e valores médios das dimensões (A a G) e respetivo *ranking*.

ID	SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA	IM	Ranking	DIMENSÕES						
				A	B	C	D	E	F	G
1	Misericórdia de Alfândega da Fé	0,08	42	0,08	0,10	0,11	0,04	0,11	0,06	0,00
2	Misericórdia de Algoso	0,01	66	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Misericórdia de Bragança	0,09	23	0,08	0,12	0,06	0,08	0,11	0,11	0,00
4	Misericórdia de Carrazeda de Ansiães	0,10	21	0,08	0,07	0,06	0,08	0,11	0,17	0,00
5	Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	0,09	23	0,08	0,12	0,06	0,08	0,11	0,11	0,00
6	Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	0,06	63	0,08	0,07	0,00	0,04	0,11	0,06	0,00
7	Misericórdia de Miranda do Douro	0,01	66	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Misericórdia de Mirandela	0,08	51	0,08	0,10	0,06	0,13	0,06	0,06	0,00
9	Misericórdia de Mogadouro	0,09	27	0,08	0,12	0,00	0,13	0,11	0,11	0,00
10	Misericórdia de Santulhão	0,08	53	0,08	0,07	0,06	0,08	0,11	0,06	0,00
11	Misericórdia de Torre de Moncorvo	0,09	35	0,08	0,10	0,06	0,13	0,11	0,06	0,00
12	Misericórdia de Vila Flor	0,09	35	0,08	0,10	0,06	0,13	0,11	0,06	0,00
13	Misericórdia de Vimioso	0,09	25	0,08	0,07	0,06	0,13	0,11	0,11	0,00
14	Misericórdia de Vinhais	0,01	66	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Misericórdia de Alijó	0,00	74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Misericórdia de Boticas	0,08	52	0,08	0,12	0,06	0,04	0,11	0,06	0,00
17	Misericórdia de Cerva	0,07	60	0,08	0,07	0,06	0,04	0,11	0,06	0,00
18	Misericórdia de Chaves	0,09	22	0,08	0,10	0,06	0,17	0,11	0,06	0,00
19	Misericórdia de Mesão Frio	0,07	56	0,08	0,07	0,06	0,13	0,06	0,06	0,00
20	Misericórdia de Mondim de Basto	0,01	66	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Misericórdia de Montalegre	0,09	33	0,08	0,07	0,06	0,17	0,11	0,06	0,00
22	Misericórdia de Murça	0,01	66	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Misericórdia de Ribeira de Pena	0,09	34	0,08	0,10	0,11	0,08	0,11	0,06	0,00
24	Misericórdia de Sabrosa	0,08	45	0,08	0,10	0,06	0,08	0,11	0,06	0,00
25	Misericórdia de Valpaços	0,10	11	0,08	0,12	0,11	0,13	0,11	0,06	0,00
26	Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar	0,04	65	0,08	0,02	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00
27	Misericórdia de Vila Real	0,08	41	0,08	0,12	0,00	0,08	0,11	0,11	0,00
28	Misericórdia do Peso da Régua	0,10	8	0,08	0,12	0,17	0,08	0,11	0,06	0,00
29	Misericórdia de Arcos de Valdevez	0,08	39	0,08	0,12	0,06	0,08	0,11	0,06	0,00
30	Misericórdia de Caminha	0,11	4	0,08	0,10	0,17	0,08	0,11	0,11	0,00
31	Misericórdia de Melgaço	0,08	49	0,08	0,10	0,00	0,08	0,11	0,11	0,00
32	Misericórdia de Monção	0,09	38	0,08	0,12	0,06	0,04	0,11	0,11	0,00
33	Misericórdia de Paredes de Coura	0,08	45	0,08	0,10	0,06	0,08	0,11	0,06	0,00
34	Misericórdia de Ponte da Barca	0,08	43	0,08	0,12	0,00	0,13	0,11	0,06	0,00
35	Misericórdia de Ponte de Lima	0,10	11	0,08	0,12	0,06	0,13	0,11	0,11	0,00
36	Misericórdia de Valença	0,10	19	0,08	0,10	0,11	0,13	0,11	0,06	0,00
37	Misericórdia de Viana do Castelo	0,09	27	0,08	0,12	0,06	0,13	0,11	0,06	0,00
38	Misericórdia de Vila Nova de Cerveira	0,11	2	0,08	0,12	0,11	0,13	0,11	0,11	0,00
39	Misericórdia da Azurara	0,10	15	0,08	0,12	0,06	0,17	0,11	0,06	0,00
40	Misericórdia da Maia	0,10	15	0,08	0,12	0,06	0,17	0,11	0,06	0,00
41	Misericórdia da Póvoa do Varzim	0,10	15	0,08	0,12	0,06	0,17	0,11	0,06	0,00
42	Misericórdia da Trofa	0,09	27	0,08	0,12	0,06	0,13	0,11	0,06	0,00
43	Misericórdia de Amarante	0,12	1	0,08	0,12	0,11	0,17	0,11	0,11	0,00
44	Misericórdia de Baião	0,07	58	0,08	0,10	0,00	0,08	0,11	0,06	0,00
45	Misericórdia de Felgueiras	0,08	45	0,08	0,10	0,06	0,08	0,11	0,06	0,00
46	Misericórdia de Freamunde	0,10	10	0,08	0,07	0,11	0,13	0,11	0,11	0,00
47	Misericórdia de Lousada	0,09	35	0,08	0,10	0,06	0,13	0,11	0,06	0,00

			DIMENSÕES							
ID	SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA	IM	Ranking	A	B	C	D	E	F	G
48	Misericórdia de Marco de Canaveses	0,01	66	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	0,01	66	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Misericórdia de Paços de Ferreira	0,08	45	0,08	0,10	0,06	0,08	0,11	0,06	0,00
51	Misericórdia de Paredes	0,10	11	0,08	0,12	0,06	0,13	0,11	0,11	0,00
52	Misericórdia de Penafiel	0,11	6	0,08	0,10	0,11	0,13	0,11	0,11	0,00
53	Misericórdia de Santo Tirso	0,10	8	0,08	0,12	0,06	0,08	0,11	0,17	0,00
54	Misericórdia de Valongo	0,10	19	0,08	0,10	0,06	0,13	0,11	0,11	0,00
55	Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	0,07	61	0,08	0,10	0,06	0,00	0,11	0,06	0,00
56	Misericórdia de Vila do Conde	0,09	26	0,08	0,10	0,06	0,04	0,11	0,17	0,00
57	Misericórdia de Vila Nova de Gaia	0,10	7	0,08	0,10	0,06	0,17	0,11	0,11	0,00
58	Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	0,08	54	0,08	0,12	0,00	0,08	0,11	0,06	0,00
59	Misericórdia do Porto	0,09	27	0,08	0,12	0,06	0,13	0,11	0,06	0,00
60	Misericórdia de Amares	0,10	11	0,08	0,12	0,11	0,13	0,11	0,06	0,00
61	Misericórdia de Barcelos	0,08	43	0,08	0,12	0,00	0,13	0,11	0,06	0,00
62	Misericórdia de Braga	0,08	49	0,08	0,10	0,00	0,08	0,11	0,11	0,00
63	Misericórdia de Cabeceiras - S. Miguel de Refojos	0,07	58	0,08	0,10	0,00	0,08	0,11	0,06	0,00
64	Misericórdia de Celorico de Basto - S. Bento de Arnóia	0,09	27	0,08	0,12	0,00	0,13	0,11	0,11	0,00
65	Misericórdia de Esposende	0,01	66	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Misericórdia de Fafe	0,10	15	0,08	0,12	0,06	0,17	0,11	0,06	0,00
67	Misericórdia de Fão	0,09	27	0,08	0,12	0,06	0,13	0,11	0,06	0,00
68	Misericórdia de Guimarães	0,06	62	0,08	0,05	0,00	0,08	0,11	0,06	0,00
69	Misericórdia de Póvoa de Lanhoso	0,11	2	0,08	0,12	0,06	0,13	0,11	0,17	0,00
70	Misericórdia de Riba D'Ave	0,11	5	0,08	0,12	0,06	0,17	0,11	0,11	0,00
71	Misericórdia de Vieira do Minho	0,06	63	0,08	0,07	0,00	0,04	0,11	0,06	0,00
72	Misericórdia de Vila Nova de Famalicão	0,08	54	0,08	0,12	0,00	0,08	0,11	0,06	0,00
73	Misericórdia de Vila Verde	0,07	57	0,08	0,10	0,06	0,08	0,06	0,06	0,00
74	Misericórdia de Vizela	0,08	39	0,08	0,12	0,06	0,08	0,11	0,06	0,00
<b>MÉDIA</b>		<b>0,08</b>	<b>36,50</b>	<b>0,08</b>	<b>0,09</b>	<b>0,05</b>	<b>0,09</b>	<b>0,10</b>	<b>0,07</b>	<b>0,00</b>
<b>MEDIANA</b>		<b>0,09</b>	<b>36,50</b>	<b>0,08</b>	<b>0,10</b>	<b>0,06</b>	<b>0,08</b>	<b>0,11</b>	<b>0,06</b>	<b>0,00</b>

**Apêndice III. Ranking em 2018 das SCM, no índice de maturidade (IM) dos websites.**

<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA</b>	<b>IM</b>	<b>RANKING</b>
43	Misericórdia de Amarante	0,12	1
38	Misericórdia de Vila Nova de Cerveira	0,11	2
69	Misericórdia de Póvoa de Lanhoso	0,11	2
30	Misericórdia de Caminha	0,11	4
70	Misericórdia de Riba D'Ave	0,11	5
52	Misericórdia de Penafiel	0,11	6
57	Misericórdia de Vila Nova de Gaia	0,10	7
28	Misericórdia do Peso da Régua	0,10	8
53	Misericórdia de Santo Tirso	0,10	8
46	Misericórdia de Freamunde	0,10	10
25	Misericórdia de Valpaços	0,10	11
35	Misericórdia de Ponte de Lima	0,10	11
51	Misericórdia de Paredes	0,10	11
60	Misericórdia de Amares	0,10	11
39	Misericórdia da Azurara	0,10	15
40	Misericórdia da Maia	0,10	15
41	Misericórdia da Póvoa do Varzim	0,10	15
66	Misericórdia de Fafe	0,10	15
36	Misericórdia de Valença	0,10	19
54	Misericórdia de Valongo	0,10	19
4	Misericórdia de Carraceda de Ansiães	0,10	21
18	Misericórdia de Chaves	0,09	22
3	Misericórdia de Bragança	0,09	23
5	Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	0,09	23
13	Misericórdia de Vimioso	0,09	25
56	Misericórdia de Vila do Conde	0,09	26
9	Misericórdia de Mogadouro	0,09	27
37	Misericórdia de Viana do Castelo	0,09	27
42	Misericórdia da Trofa	0,09	27
59	Misericórdia do Porto	0,09	27
64	Misericórdia de Celorico de Basto - S. Bento de Arnóia	0,09	27
67	Misericórdia de Fão	0,09	27
21	Misericórdia de Montalegre	0,09	33
23	Misericórdia de Ribeira de Pena	0,09	34
11	Misericórdia de Torre de Moncorvo	0,09	35
12	Misericórdia de Vila Flor	0,09	35
47	Misericórdia de Lousada	0,09	35
32	Misericórdia de Monção	0,09	38
29	Misericórdia de Arcos de Valdevez	0,08	39
74	Misericórdia de Vizela	0,08	39
27	Misericórdia de Vila Real	0,08	41
1	Misericórdia de Alfândega da Fé	0,08	42
34	Misericórdia de Ponte da Barca	0,08	43
61	Misericórdia de Barcelos	0,08	43
24	Misericórdia de Sabrosa	0,08	45
33	Misericórdia de Paredes de Coura	0,08	45
45	Misericórdia de Felgueiras	0,08	45
50	Misericórdia de Paços de Ferreira	0,08	45
31	Misericórdia de Melgaço	0,08	49
62	Misericórdia de Braga	0,08	49

<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA</b>	<b>IM</b>	<b>RANKING</b>
8	Misericórdia de Mirandela	0,08	51
16	Misericórdia de Boticas	0,08	52
10	Misericórdia de Santulhão	0,08	53
58	Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	0,08	54
72	Misericórdia de Vila Nova de Famalicão	0,08	54
19	Misericórdia de Mesão Frio	0,07	56
73	Misericórdia de Vila Verde	0,07	57
44	Misericórdia de Baião	0,07	58
63	Misericórdia de Cabeceiras - S. Miguel de Refojos	0,07	58
17	Misericórdia de Cerva	0,07	60
55	Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	0,07	61
68	Misericórdia de Guimarães	0,06	62
6	Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	0,06	63
71	Misericórdia de Vieira do Minho	0,06	63
26	Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar	0,04	65
2	Misericórdia de Algosó	0,01	66
7	Misericórdia de Miranda do Douro	0,01	66
14	Misericórdia de Vinhais	0,01	66
20	Misericórdia de Mondim de Basto	0,01	66
22	Misericórdia de Murça	0,01	66
48	Misericórdia de Marco de Canaveses	0,01	66
49	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	0,01	66
65	Misericórdia de Esposende	0,01	66
15	Misericórdia de Alijó	0,00	74

**Apêndice IV.** Valores médios das dimensões do índice de transparência das SCM (IT SCM).

ID	SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA	IT SCM	DIMENSÕES				
			A	B	C	D	E
1	Misericórdia de Alfândega da Fé	41,14	35,71	21,43	35,71	28,57	50,00
2	Misericórdia de Algosó	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Misericórdia de Bragança	23,86	64,29	0,00	35,71	35,71	0,00
4	Misericórdia de Carrazeda de Ansiães	37,79	35,71	0,00	0,00	28,57	57,14
5	Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	31,64	71,43	21,43	28,57	92,86	0,00
6	Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Misericórdia de Miranda do Douro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Misericórdia de Mirandela	29,07	64,29	21,43	42,86	35,71	7,14
9	Misericórdia de Mogadouro	22,79	64,29	21,43	35,71	21,43	0,00
10	Misericórdia de Santulhão	19,64	57,14	0,00	0,00	35,71	7,14
11	Misericórdia de Torre de Moncorvo	31,50	57,14	21,43	35,71	78,57	7,14
12	Misericórdia de Vila Flor	49,79	64,29	0,00	0,00	78,57	57,14
13	Misericórdia de Vimioso	39,07	57,14	0,00	0,00	85,71	35,71
14	Misericórdia de Vinhais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Misericórdia de Alijó	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Misericórdia de Boticas	39,07	85,71	0,00	0,00	35,71	35,71
17	Misericórdia de Cerva	15,36	57,14	0,00	0,00	0,00	7,14
18	Misericórdia de Chaves	11,50	35,71	21,43	0,00	0,00	7,14
19	Misericórdia de Mesão Frio	33,71	57,14	21,43	0,00	35,71	35,71
20	Misericórdia de Mondim de Basto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Misericórdia de Montalegre	14,07	35,71	21,43	0,00	21,43	7,14
22	Misericórdia de Murça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Misericórdia de Ribeira de Pena	37,21	57,14	0,00	0,00	14,29	50,00
24	Misericórdia de Sabrosa	17,71	57,14	21,43	0,00	14,29	7,14
25	Misericórdia de Valpaços	48,79	64,29	21,43	35,71	14,29	57,14
26	Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar	12,00	57,14	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Misericórdia de Vila Real	20,64	57,14	0,00	35,71	21,43	0,00
28	Misericórdia do Peso da Régua	26,93	64,29	0,00	0,00	0,00	28,57
29	Misericórdia de Arcos de Valdevez	41,29	64,29	21,43	35,71	35,71	35,71
30	Misericórdia de Caminha	50,07	64,29	21,43	42,86	42,86	50,00
31	Misericórdia de Melgaço	17,14	57,14	0,00	0,00	42,86	0,00
32	Misericórdia de Monção	24,00	57,14	0,00	35,71	21,43	7,14
33	Misericórdia de Paredes de Coura	23,14	57,14	0,00	35,71	14,29	7,14
34	Misericórdia de Ponte da Barca	13,71	57,14	0,00	0,00	14,29	0,00
35	Misericórdia de Ponte de Lima	32,86	64,29	0,00	0,00	21,43	35,71
36	Misericórdia de Valença	27,14	57,14	0,00	0,00	14,29	28,57
37	Misericórdia de Viana do Castelo	38,07	64,29	0,00	35,71	14,29	35,71
38	Misericórdia de Vila Nova de Cerveira	37,21	57,14	0,00	0,00	14,29	50,00
39	Misericórdia da Azurara	26,21	21,43	21,43	0,00	35,71	35,71
40	Misericórdia da Maia	29,43	57,14	21,43	0,00	0,00	35,71
41	Misericórdia da Póvoa do Varzim	31,14	57,14	21,43	0,00	14,29	35,71
42	Misericórdia da Trofa	28,79	57,14	0,00	0,00	0,00	35,71
43	Misericórdia de Amarante	25,64	42,86	21,43	0,00	21,43	28,57
44	Misericórdia de Baião	9,00	42,86	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Misericórdia de Felgueiras	30,50	57,14	0,00	0,00	14,29	35,71
46	Misericórdia de Freamunde	27,36	7,14	21,43	0,00	14,29	50,00
47	Misericórdia de Lousada	28,79	57,14	0,00	0,00	0,00	35,71
48	Misericórdia de Marco de Canaveses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DIMENSÕES**

<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA</b>	<b>IT SCM</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>
50	Misericórdia de Paços de Ferreira	15,14	35,71	0,00	0,00	35,71	7,14
51	Misericórdia de Paredes	31,36	57,14	0,00	0,00	21,43	35,71
52	Misericórdia de Penafiel	37,86	57,14	21,43	0,00	14,29	50,00
53	Misericórdia de Santo Tirso	41,50	64,29	0,00	35,71	42,86	35,71
54	Misericórdia de Valongo	33,71	57,14	21,43	0,00	35,71	35,71
55	Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	17,07	57,14	0,00	0,00	14,29	7,14
56	Misericórdia de Vila do Conde	24,00	57,14	0,00	35,71	21,43	7,14
57	Misericórdia de Vila Nova de Gaia	31,14	57,14	21,43	0,00	14,29	35,71
58	Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	13,57	35,71	0,00	35,71	0,00	0,00
59	Misericórdia do Porto	32,93	35,71	28,57	35,71	14,29	35,71
60	Misericórdia de Amares	41,71	78,57	0,00	0,00	14,29	50,00
61	Misericórdia de Barcelos	27,07	57,14	0,00	78,57	14,29	0,00
62	Misericórdia de Braga	14,57	57,14	0,00	0,00	21,43	0,00
63	Misericórdia de Cabeceiras - S. Miguel de Refojos	9,21	35,71	0,00	0,00	14,29	0,00
64	Misericórdia de Celorico de Basto - S. Bento de Arnóia	19,64	57,14	0,00	0,00	35,71	7,14
65	Misericórdia de Esposende	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Misericórdia de Fafe	31,14	57,14	21,43	0,00	14,29	35,71
67	Misericórdia de Fão	32,07	35,71	0,00	35,71	14,29	35,71
68	Misericórdia de Guimarães	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Misericórdia de Póvoa de Lanhoso	16,00	35,71	0,00	0,00	42,86	7,14
70	Misericórdia de Riba D'Ave	24,71	14,29	21,43	0,00	35,71	35,71
71	Misericórdia de Vieira do Minho	5,79	7,14	0,00	0,00	35,71	0,00
72	Misericórdia de Vila Nova de Famalicão	18,21	78,57	0,00	0,00	14,29	0,00
73	Misericórdia de Vila Verde	33,07	57,14	0,00	0,00	35,71	35,71
74	Misericórdia de Vizela	33,07	57,14	0,00	0,00	35,71	35,71
<b>MÉDIA</b>		<b>23,37</b>	<b>45,17</b>	<b>6,76</b>	<b>9,85</b>	<b>21,04</b>	<b>20,17</b>
<b>MEDIANA</b>		<b>25,93</b>	<b>57,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14,29</b>	<b>7,14</b>

**Apêndice V. Ranking em 2017 – índice de transparência SCM (IT SCM).**

<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA</b>	<b>IT SCM 2017</b>	<b>RANKING</b>
5	Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	48,43	1
30	Misericórdia de Caminha	40,00	2
16	Misericórdia de Boticas	39,71	3
13	Misericórdia de Vimioso	39,07	4
35	Misericórdia de Ponte de Lima	38,93	5
37	Misericórdia de Viana do Castelo	38,07	6
23	Misericórdia de Ribeira de Pena	37,21	7
33	Misericórdia de Paredes de Coura	36,57	8
43	Misericórdia de Amarante	35,71	9
19	Misericórdia de Mesão Frio	33,71	10
59	Misericórdia do Porto	32,93	11
60	Misericórdia de Amares	32,29	12
67	Misericórdia de Fão	32,07	13
41	Misericórdia da Póvoa do Varzim	31,14	14
57	Misericórdia de Vila Nova de Gaia	31,14	14
66	Misericórdia de Fafe	31,14	14
1	Misericórdia de Alfândega da Fé	31,07	17
11	Misericórdia de Torre de Moncorvo	30,86	18
17	Misericórdia de Cerva	29,43	19
26	Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar	29,43	19
40	Misericórdia da Maia	29,43	19
42	Misericórdia da Trofa	29,43	19
47	Misericórdia de Lousada	29,43	19
50	Misericórdia de Paços de Ferreira	29,21	24
8	Misericórdia de Mirandela	29,07	25
53	Misericórdia de Santo Tirso	28,71	26
29	Misericórdia de Arcos de Valdevez	27,86	27
38	Misericórdia de Vila Nova de Cerveira	27,79	28
4	Misericórdia de Carrazeda de Ansiães	27,71	29
46	Misericórdia de Freamunde	27,36	30
36	Misericórdia de Valença	27,14	31
52	Misericórdia de Penafiel	27,14	31
28	Misericórdia do Peso da Régua	26,93	33
12	Misericórdia de Vila Flor	26,29	34
39	Misericórdia da Azurara	26,21	35
70	Misericórdia de Riba D'Ave	24,71	36
32	Misericórdia de Monção	24,64	37
56	Misericórdia de Vila do Conde	24,00	38
3	Misericórdia de Bragança	23,86	39
25	Misericórdia de Valpaços	23,64	40
27	Misericórdia de Vila Real	20,64	41
62	Misericórdia de Braga	20,64	41
31	Misericórdia de Melgaço	20,50	43
61	Misericórdia de Barcelos	20,43	44
10	Misericórdia de Santulhão	19,64	45
54	Misericórdia de Valongo	19,64	45
64	Misericórdia de Celorico de Basto - S. Bento de Arnóia	19,64	45
74	Misericórdia de Vizela	19,64	45
72	Misericórdia de Vila Nova de Famalicão	18,21	49
51	Misericórdia de Paredes	17,93	50
24	Misericórdia de Sabrosa	17,71	51

<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA</b>	<b>IT SCM 2017</b>	<b>RANKING</b>
55	Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	17,71	51
6	Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	17,43	53
45	Misericórdia de Felgueiras	17,07	54
69	Misericórdia de Póvoa de Lanhoso	16,64	55
73	Misericórdia de Vila Verde	16,29	56
9	Misericórdia de Mogadouro	16,07	57
34	Misericórdia de Ponte da Barca	13,71	58
58	Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	13,57	59
18	Misericórdia de Chaves	10,86	60
21	Misericórdia de Montalegre	10,71	61
63	Misericórdia de Cabeceiras - S. Miguel de Refojos	9,21	62
44	Misericórdia de Baião	9,00	63
71	Misericórdia de Vieira do Minho	5,79	64
15	Misericórdia de Alijó	0,64	65
2	Misericórdia de Algosó	0,00	66
7	Misericórdia de Miranda do Douro	0,00	66
14	Misericórdia de Vinhais	0,00	66
20	Misericórdia de Mondim de Basto	0,00	66
22	Misericórdia de Murça	0,00	66
48	Misericórdia de Marco de Canaveses	0,00	66
49	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	0,00	66
65	Misericórdia de Esposende	0,00	66
68	Misericórdia de Guimarães	0,00	66

**Apêndice VI. Ranking das SCM em 2018 – índice de transparência SCM (IT SCM).**

<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA</b>	<b>IT SCM 2018</b>	<b>RANKING</b>
30	Misericórdia de Caminha	50,07	1
12	Misericórdia de Vila Flor	49,79	2
25	Misericórdia de Valpaços	48,79	3
60	Misericórdia de Amares	41,71	4
53	Misericórdia de Santo Tirso	41,50	5
29	Misericórdia de Arcos de Valdevez	41,29	6
1	Misericórdia de Alfândega da Fé	41,14	7
13	Misericórdia de Vimioso	39,07	8
16	Misericórdia de Boticas	39,07	8
37	Misericórdia de Viana do Castelo	38,07	10
52	Misericórdia de Penafiel	37,86	11
4	Misericórdia de Carrazeda de Ansiães	37,79	12
23	Misericórdia de Ribeira de Pena	37,21	13
38	Misericórdia de Vila Nova de Cerveira	37,21	13
19	Misericórdia de Mesão Frio	33,71	15
54	Misericórdia de Valongo	33,71	15
73	Misericórdia de Vila Verde	33,07	17
74	Misericórdia de Vizela	33,07	17
59	Misericórdia do Porto	32,93	19
35	Misericórdia de Ponte de Lima	32,86	20
67	Misericórdia de Fão	32,07	21
5	Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	31,64	22
11	Misericórdia de Torre de Moncorvo	31,50	23
51	Misericórdia de Paredes	31,36	24
41	Misericórdia da Póvoa do Varzim	31,14	25
57	Misericórdia de Vila Nova de Gaia	31,14	25
66	Misericórdia de Fafe	31,14	25
45	Misericórdia de Felgueiras	30,50	28
40	Misericórdia da Maia	29,43	29
8	Misericórdia de Mirandela	29,07	30
42	Misericórdia da Trofa	28,79	31
47	Misericórdia de Lousada	28,79	31
46	Misericórdia de Freamunde	27,36	33
36	Misericórdia de Valença	27,14	34
61	Misericórdia de Barcelos	27,07	35
28	Misericórdia do Peso da Régua	26,93	36
39	Misericórdia da Azurara	26,21	37
43	Misericórdia de Amarante	25,64	38
70	Misericórdia de Riba D'Ave	24,71	39
32	Misericórdia de Monção	24,00	40
56	Misericórdia de Vila do Conde	24,00	40
3	Misericórdia de Bragança	23,86	42
33	Misericórdia de Paredes de Coura	23,14	43
9	Misericórdia de Mogadouro	22,79	44
27	Misericórdia de Vila Real	20,64	45
10	Misericórdia de Santulhão	19,64	46
64	Misericórdia de Celorico de Basto - S. Bento de Arnóia	19,64	46
72	Misericórdia de Vila Nova de Famalicão	18,21	48
24	Misericórdia de Sabrosa	17,71	49
31	Misericórdia de Melgaço	17,14	50

<b>ID</b>	<b>SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA</b>	<b>IT SCM 2018</b>	<b>RANKING</b>
55	Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	17,07	51
69	Misericórdia de Póvoa de Lanhoso	16,00	52
17	Misericórdia de Cerva	15,36	53
50	Misericórdia de Paços de Ferreira	15,14	54
62	Misericórdia de Braga	14,57	55
21	Misericórdia de Montalegre	14,07	56
34	Misericórdia de Ponte da Barca	13,71	57
58	Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	13,57	58
26	Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar	12,00	59
18	Misericórdia de Chaves	11,50	60
63	Misericórdia de Cabeceiras - S. Miguel de Refojos	9,21	61
44	Misericórdia de Baião	9,00	62
71	Misericórdia de Vieira do Minho	5,79	63
2	Misericórdia de Algosó	0,00	64
6	Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	0,00	64
7	Misericórdia de Miranda do Douro	0,00	64
14	Misericórdia de Vinhais	0,00	64
15	Misericórdia de Alijó	0,00	64
20	Misericórdia de Mondim de Basto	0,00	64
22	Misericórdia de Murça	0,00	64
48	Misericórdia de Marco de Canaveses	0,00	64
49	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	0,00	64
65	Misericórdia de Esposende	0,00	64
68	Misericórdia de Guimarães	0,00	64

**Apêndice VII.** Diferença no *ranking* – Índice de Transparência das SCM (IT SCM), entre os anos de 2017 e 2018.

<b>SCM que mais subiram no ranking (versus 2017)</b>								
<b>ID</b>	<b>SCM</b>	<b>IT SCM 2018</b>	<b>IT SCM 2017</b>	<b>Ranking 2018</b>	<b>Ranking 2017</b>	<b>Dif no IT SCM</b>	<b>Dif no Ranking</b>	
26	Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar	12	29	59	19	17	-40	-
33	Misericórdia de Paredes de Coura	23	37	43	8	13	-35	-
17	Misericórdia de Cerva	15	29	53	19	14	-34	-
50	Misericórdia de Paços de Ferreira	15	29	54	24	14	-30	-
43	Misericórdia de Amarante	26	36	38	9	10	-29	-
5	Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	32	48	22	1	17	-21	-
35	Misericórdia de Ponte de Lima	33	39	20	5	6	-15	-
62	Misericórdia de Braga	15	21	55	41	6	-14	-
42	Misericórdia da Trofa	29	29	31	19	1	-12	-
47	Misericórdia de Lousada	29	29	31	19	1	-12	-
6	Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	0	17	64	53	17	-11	-
41	Misericórdia da Póvoa do Varzim	31	31	25	14	0	-11	-
57	Misericórdia de Vila Nova de Gaia	31	31	25	14	0	-11	-
66	Misericórdia de Fafe	31	31	25	14	0	-11	-
40	Misericórdia da Maia	29	29	29	19	0	-10	-
59	Misericórdia do Porto	33	33	19	11	0	-8	-
67	Misericórdia de Fão	32	32	21	13	0	-8	-
31	Misericórdia de Melgaço	17	21	50	43	3	-7	-
23	Misericórdia de Ribeira de Pena	37	37	13	7	0	-6	-
8	Misericórdia de Mirandela	29	29	30	25	0	-5	-
11	Misericórdia de Torre de Moncorvo	32	31	23	18	-1	-5	-
16	Misericórdia de Boticas	39	40	8	3	1	-5	-
19	Misericórdia de Mesão Frio	34	34	15	10	0	-5	-
13	Misericórdia de Vimioso	39	39	8	4	0	-4	-
27	Misericórdia de Vila Real	21	21	45	41	0	-4	-
37	Misericórdia de Viana do Castelo	38	38	10	6	0	-4	-
3	Misericórdia de Bragança	24	24	42	39	0	-3	-
28	Misericórdia do Peso da Régua	27	27	36	33	0	-3	-
32	Misericórdia de Monção	24	25	40	37	1	-3	-
36	Misericórdia de Valença	27	27	34	31	0	-3	-
46	Misericórdia de Freamunde	27	27	33	30	0	-3	-
70	Misericórdia de Riba D'Ave	25	25	39	36	0	-3	-
39	Misericórdia da Azurara	26	26	37	35	0	-2	-
56	Misericórdia de Vila do Conde	24	24	40	38	0	-2	-
10	Misericórdia de Santulhão	20	20	46	45	0	-1	-

<b>64</b>	Misericórdia de Celorico de Basto - S. Bento de Arnóia	20	20	46	45	0	-1	-
<b>18</b>	Misericórdia de Chaves	12	11	60	60	-1	0	=
<b>55</b>	Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	17	18	51	51	1	0	=
<b>15</b>	Misericórdia de Alijó	0	1	64	65	1	1	+
<b>30</b>	Misericórdia de Caminha	50	40	1	2	-10	1	+
<b>34</b>	Misericórdia de Ponte da Barca	14	14	57	58	0	1	+
<b>44</b>	Misericórdia de Baião	9	9	62	63	0	1	+
<b>58</b>	Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	14	14	58	59	0	1	+
<b>63</b>	Misericórdia de Cabeceiras - S. Miguel de Refojos	9	9	61	62	0	1	+
<b>71</b>	Misericórdia de Vieira do Minho	6	6	63	64	0	1	+
<b>72</b>	Misericórdia de Vila Nova de Famalicão	18	18	48	49	0	1	+
<b>2</b>	Misericórdia de Algosó	0	0	64	66	0	2	+
<b>7</b>	Misericórdia de Miranda do Douro	0	0	64	66	0	2	+
<b>14</b>	Misericórdia de Vinhais	0	0	64	66	0	2	+
<b>20</b>	Misericórdia de Mondim de Basto	0	0	64	66	0	2	+
<b>22</b>	Misericórdia de Murça	0	0	64	66	0	2	+
<b>24</b>	Misericórdia de Sabrosa	18	18	49	51	0	2	+
<b>48</b>	Misericórdia de Marco de Canaveses	0	0	64	66	0	2	+
<b>49</b>	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	0	0	64	66	0	2	+
<b>65</b>	Misericórdia de Esposende	0	0	64	66	0	2	+
<b>68</b>	Misericórdia de Guimarães	0	0	64	66	0	2	+
<b>69</b>	Misericórdia de Póvoa de Lanhoso	16	17	52	55	1	3	+
<b>21</b>	Misericórdia de Montalegre	14	11	56	61	-3	5	+
<b>60</b>	Misericórdia de Amares	42	32	4	12	-9	8	+
<b>61</b>	Misericórdia de Barcelos	27	20	35	44	-7	9	+
<b>1</b>	Misericórdia de Alfândega da Fé	41	31	7	17	-10	10	+
<b>9</b>	Misericórdia de Mogadouro	23	16	44	57	-7	13	+
<b>38</b>	Misericórdia de Vila Nova de Cerveira	37	28	13	28	-9	15	+
<b>4</b>	Misericórdia de Carraceda de Ansiães	38	28	12	29	-10	17	+
<b>52</b>	Misericórdia de Penafiel	38	27	11	31	-11	20	+
<b>29</b>	Misericórdia de Arcos de Valdevez	41	28	6	27	-13	21	+
<b>53</b>	Misericórdia de Santo Tirso	42	29	5	26	-13	21	+
<b>45</b>	Misericórdia de Felgueiras	31	17	28	54	-13	26	+
<b>51</b>	Misericórdia de Paredes	31	18	24	50	-13	26	+
<b>74</b>	Misericórdia de Vizela	33	20	17	45	-13	28	+
<b>54</b>	Misericórdia de Valongo	34	20	15	45	-14	30	+
<b>12</b>	Misericórdia de Vila Flor	50	26	2	34	-24	32	+
<b>25</b>	Misericórdia de Valpaços	49	24	3	40	-25	37	+
<b>73</b>	Misericórdia de Vila Verde	33	16	17	56	-17	39	+